



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**JUVENTUDES PARTIDÁRIAS: UM ESTUDO SOBRE RENOVAÇÃO E
RECRUTAMENTO DE ELITES POLÍTICAS**

RAFAEL SILVA DOS SANTOS

GOIÂNIA
2023

26/01/2023 14:03

SEI/UFG - 3190911 - Termo de Ciência e de Autorização (TECA)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

RAFAEL SILVA DOS SANTOS

3. Título do trabalho

JUVENTUDES PARTIDÁRIAS: UM ESTUDO SOBRE RENOVAÇÃO E RECRUTAMENTO DE ELITES POLÍTICAS

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

26/01/2023 14:03

SEI/UFG - 3190911 - Termo de Ciência e de Autorização (TECA)



Documento assinado eletronicamente por Denise Paiva Ferreira, Usuário Externo, em 30/09/2022, às 16:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por RAFAEL SILVA DOS SANTOS, Discente, em 30/09/2022, às 16:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3190911 e o código CRC 11C3174F.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**JUVENTUDES PARTIDÁRIAS: UM ESTUDO SOBRE
RENOVAÇÃO E RECRUTAMENTO DE ELITES POLÍTICAS**

RAFAEL SILVA DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para a obtenção de título de mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof.^a Dra. Denise Paiva Ferreira

Coorientador: Dr. Vinícius Silva Alves

Área de Concentração: Estudos Políticos Contemporâneos.

Goiânia

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Santos, Rafael Silva dos

Juventudes Partidárias [manuscrito] : Um estudo sobre renovação e recrutamento de elites políticas / Rafael Silva dos Santos. - 2023. Zero, 84 f.

Orientador: Profa. Dra. Denise Paiva Ferreira; co-orientador Dr. Vinícius Silva Alves.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Goiânia, 2023.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de tabelas.

1. Juventude partidária. 2. Renovação política. 3. Partidos políticos. 4. Recrutamento partidário. 5. Elites políticas. I. Ferreira, Denise Paiva, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

26/01/2023 14:03

SEI/UFG - 3190815 - Ata de Defesa de Dissertação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 31 da sessão de Defesa de Dissertação de **RAFAEL SILVA DOS SANTOS**, que confere o título de Mestre(a) em **CIÊNCIA POLÍTICA**, na área de concentração em **ESTUDOS POLÍTICOS CONTEMPORÂNEOS**.

Ao/s trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, a partir da(s) 14:30 horas, no(a) endereço eletrônico <https://meet.google.com/vjy-sefo-jcc?pli=1>, realizou-se a sessão pública de Defesa da Dissertação intitulada **“JUVENTUDES PARTIDÁRIAS: UM ESTUDO SOBRE RENOVAÇÃO E RECRUTAMENTO DE ELITES POLÍTICAS”**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor(a) Doutor(a) **Denise Paiva Ferreira (PPGCP/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor(a) Doutor(a) **João Carlos Amoroso Botelho (PPGCP/UFG)**, membro titular interno; Professor(a) Doutor(a) **Pedro Floriano Ribeiro (UFSCar)** membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho [se for o caso inserir: conforme explicitado abaixo]. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido(a) o(a) candidato(a) aprovado(a) pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo(a) Professor(a) Doutor(a) **Denise Paiva Ferreira**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por João Carlos Amoroso Botelho, Usuário Externo, em 30/09/2022, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Pedro José Floriano Ribeiro, Usuário Externo, em 30/09/2022, às 15:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Denise Paiva Ferreira, Usuário Externo, em 30/09/2022, às 16:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 3190815 e o código CRC 30CAFE0F.

Referência: Processo nº 23070.048820/2022-78

SEI nº 3190815

https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=3457482&infra_sistema=1... 1/2

26/01/2023 14:03

SEI/UFG - 3190815 - Ata de Defesa de Dissertação

RAFAEL SILVA DOS SANTOS

**JUVENTUDES PARTIDÁRIAS: UM ESTUDO SOBRE RENOVAÇÃO
E RECRUTAMENTO DE ELITES POLÍTICAS**

Dissertação de Mestrado defendida e aprovada em:

Banca examinadora:

Profa. Dra. Denise Paiva Ferreira/ UFG
Orientadora

Prof. Dr. Vinícius S. Alves/ UFSCar
Coorientador:

Prof. Dr. João C. A. Botelho/ UFMG

Prof. Dr. Pedro F. Ribeiro/ UFSCar

Prof. Dr. Robert Bonifácio da Silva/ UFG (suplente)

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, os meus sinceros “muito obrigado” vão para minha família de sangue: minha mãe Vera, minha irmã Ruti e meu já falecido – porém não esquecido – pai. Esse conjunto de pessoas foram (e ainda são) o que hoje compreendo como meu eixo, minha coluna vertebral.

Agradeço ao meu companheiro de luta, Kaio, por ter me dado tanto suporte durante as mais diversas turbulências experimentadas por mim nos últimos dois anos da minha vida. Obrigado pelos momentos de escuta ativa que você me dedicou durante as minhas exposições de lutas e vitórias acadêmicas.

Também sou grato à família composta por pessoas as quais eu escolhi (e pelas quais também fui selecionado) para serem meus/minhas amigos/as, quais sejam: Luanna Fernandes, Gustavo Lopes, Simone Firmino, João. Sou grato, ainda, ao meu amigo-irmão Tiago Gebrim, pois ele foi (e é) umas pessoas mais influentes no meu processo de formação enquanto pessoa e profissional. A esse mesmo ser também agradeço pelas várias horas que ele dedicou à leitura atenta da escrita dessa dissertação.

Agradeço, também, os meus orientadores Dr^a Denise Paiva e Dr. Vinícius Silva, profissionais de muita sapiência e que, gentilmente, me guiaram por todo o processo de gestação, amadurecimento e desenvolvimento desta pesquisa. A vocês dois eu devo a minha atual formação como pesquisador. Sou grato, ainda, pelas contribuições feitas pelos integrantes da minha banca de qualificação.

Um último parágrafo de agradecimentos dedico às lideranças jovens por mim entrevistadas e pelo apoio que cada um, à sua medida, ofertou para essa pesquisa, e de forma muito carinhosa, à literatura: a todos os livros, teóricos ou não, devorados por mim durante o mestrado (do início ao fim).

Por fim, digo que tenho vários motivos para escrever com atenção e cuidado esse trecho da presente dissertação e agradeço, como recita Maria Bethânia, “ter o que agradecer”.

*De tudo, ficaram três coisas: a certeza de que ele estava sempre começando, a certeza de que era preciso continuar e a certeza de que seria interrompido antes de terminar. Fazer da interrupção um caminho novo. Fazer da queda um passo de dança, do medo uma escada, do sono uma ponte, **da procura um encontro.***

(SABINO, 1956).

RESUMO

O estudo busca compreender a atuação de jovens nas organizações partidárias, examinando como as juventudes partidárias se inserem na estrutura organizacional e o seu papel no processo de funcionamento e renovação dos partidos políticos. Utilizando a abordagem *grounded theory* como inspiração metodológica, realizou-se levantamentos dos estatutos e entrevistas com lideranças das juventudes dos partidos DEM, PP, PSDB, MDB, PT e PCdoB – opções feitas visando abrangência e diversidade no espectro político-ideológico. Os principais achados da pesquisa são demonstrados por meio do acervo de dados oriundos das entrevistas realizadas que indicaram que as juventudes partidárias, em conformidade com a literatura especializada, são, sim, agentes de atração de novos membros para o partido e, conseqüentemente, de lideranças, resultando em renovação dos quadros. Outro achado – este trazido espontaneamente pelo campo – é a importância da arena local (municipal) nas disputas políticas envolvendo as lideranças jovens e para sua conseqüente formação enquanto políticos profissionais.

Palavras-chave: Juventudes partidárias. Participação política. Partidos políticos.

ABSTRACT

The study seeks to understand the performance of young people in party organizations, examining how party youths are part of the organizational structure and their role in the process of functioning and renewal of political parties. Using the *grounded theory approach* as methodological inspiration, surveys of the statutes and interviews were conducted with youth leaders of the PARTIES DEM, PP, PSDB, MDB, PT and PCdoB – selected by their scope and diversity in the political-ideological spectrum. The main findings of the research are demonstrated through the collection of data from the interviews conducted that stated that the party youths, in accordance with the specialized literature, are, yes, agents of attraction of new members to the party and, consequently, of leaders, resulting in renewal of the staff. Another finding – this one spontaneously brought by the field – is the importance of the local (municipal) arena in political disputes involving young leaders and, by consequence, their formation as professional politicians.

Keywords: Party Youth Wings. Political participation. Political parties.

Lista de tabelas e quadros

TABELA I - Confiança nos partidos políticos

TABELA II – Filiação ativa/ inativa: partidos políticos

QUADRO 1 – Jovens entrevistados/as por gênero/ sexo e unidade da federação

QUADRO 2 – Relação de benefícios e desafios da transformação digital nos partidos políticos

Lista de siglas e abreviaturas

CUT: Central Única dos Trabalhadores

DEM: Democratas

EPS: Esquerda Popular Socialista

JPSDB: Juventude do Partido da Social Democracia Brasileira

JPT: Juventude do Partido dos Trabalhadores

MDB: Movimento Democrático Brasileiro

LPP: Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096 - 19/09/1995)

PCdoB: Partido Comunista do Brasil

PED: Processo de Eleições Diretas

PP: Partido Progressista

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PSL: Partido Social Liberal

PT: Partido dos Trabalhadores

UBES: União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

UJS: União da Juventude Socialista

UNE: União Nacional dos Estudantes

TSE: Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1 - REFERÊNCIAS CONCEITUAIS	13
JUVENTUDES	13
PARTIDOS POLÍTICOS	15
RECRUTAMENTO POLÍTICO E PARTIDÁRIO	19
ELITES POLÍTICAS	25
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDES	28
POSICIONANDO O CASO BRASILEIRO	35
CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E FONTES	38
COLETA DE DADOS	38
ANÁLISE DOS DADOS	42
CAPÍTULO 3: RESULTADOS E DISCUSSÕES	46
FORMALIDADE E INFORMALIDADE	47
MOTIVAÇÃO PARA INGRESSO DA VIDA PARTIDÁRIA	50
RENOVAÇÃO	55
TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E PARTIDOS POLÍTICOS	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS	67
ANEXOS	73

INTRODUÇÃO

A democracia brasileira tem como características centrais a combinação de presidencialismo e um sistema multipartidário e fragmentado, aspecto que introduz importantes desafios para, principalmente, os partidos políticos, sobre o recrutamento de novos filiados e novas lideranças com vistas à sua manutenção e renovação das elites e de seus quadros. As juventudes partidárias (organizações intrapartidárias compostas por jovens) estão diretamente conectadas ao desenvolvimento dos partidos políticos, ao mesmo tempo em que também podem atuar no processo de recrutamento de novos membros, posto que elas estão mais expostas às mudanças estruturais da sociedade (HOOGHE; STOLLE; STOUTHUYSEN, 2004).

Organizações partidárias de juventude são “pontes” políticas, pois conectam os partidos aos jovens e impactam diretamente o processo de renovação das elites partidárias (CRUZ, 1990). A participação político-partidária de jovens, que tem diminuído nos últimos anos, vale reforçar, se mostra como ferramenta de recrutamento partidário e socialização política (HOOGHE; STOLLE, 2005).

Esta pesquisa se concentra, prioritariamente, no estudo das seguintes temáticas: juventudes partidárias, organização partidária, recrutamento de elites políticas e participação de jovens na política institucional. O tema central do estudo pode ser assim resumido: as juventudes partidárias como órgãos que se inserem no processo de funcionamento e renovação das organizações partidárias, tendo como referência a faixa etária de 16 a 35 anos¹. Os partidos selecionados para o estudo são DEM, PP, PSDB, MDB, PT e PCdoB.

A escolha do tema em questão se justifica pela intenção de investigar a relação dos/as jovens com os partidos políticos, bem como produzir conteúdo científico sobre a participação política das juventudes em organizações partidárias. Esta pesquisa se estrutura a partir das seguintes questões norteadoras: como se

¹ A definição legal considera como *juventude* a faixa etária de 16 a 29 anos, mas alguns dos partidos selecionados (PP, PSDB, MDB e DEM) usam uma faixa mais abrangente (até 35 anos) e, por isso, optou-se por utilizá-la nesse estudo. O Estatuto da Juventude dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) e foi implementado pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013.

posicionam as juventudes dentro da estrutura das organizações partidárias; qual o papel delas no processo de renovação de quadros partidários e da política institucional; como ocorre o processo de construção institucional dos órgãos de juventude nos partidos; e, por fim, quais as possíveis divergências e/ou convergências entre os regramentos dos estatutos e as respectivas práticas. Esta última questão tem como foco apreender a presença (ou não) de dissonâncias entre a formalidade contida nos documentos (estatutos, programas etc.) e as vivências partidárias.

Esta pesquisa, de forma geral, busca compreender o fenômeno da inserção de jovens nas organizações partidárias e como as juventudes partidárias se inserem no âmbito dessa estrutura. Nesse sentido, o trabalho tem como objetivos específicos: a) mapear, dentro das organizações partidárias selecionadas, diferenças e/ou semelhanças no processo de recrutamento de juventudes, especificamente inserção político-partidária e ascensão de lideranças; b) esclarecer quais incentivos motivam o engajamento de jovens nas agremiações partidárias; c) identificar quais as frentes de atuação das juventudes partidárias (formação de quadros, formação política, seleção de candidato etc.) e sua função no partido; d) investigar a formalidade e a informalidade no processo de institucionalização das juventudes nos partidos.

Para justificar a presente pesquisa vale tecer algumas considerações. De saída, observa-se que o estudo sobre as juventudes partidárias e o seu potencial de renovação política tem a ver com a “sobrevivência” dos partidos políticos e se mostra necessário em cenários como o brasileiro, bem como de realidades semelhantes (MACHADO, 2016).

Nesse sentido, essa pesquisa pretende colaborar para compreensão da inserção e participação dos/as jovens na política institucional, bem como o possível processo de recrutamento de novas lideranças por meio das juventudes partidárias. Estas podem ser definidas como subunidades intrapartidárias reconhecidas pelos próprios partidos nas quais os/as jovens podem se socializar e participar politicamente. Esses mesmos espaços também são responsáveis pelo recrutamento de novas lideranças, demonstrando assim a necessidade do desenvolvimento dessa pesquisa.

A seleção de juventudes partidárias de apenas seis partidos políticos se deu para que fosse possível enfrentar a questão da renovação de quadros e elites. Vale apontar que a abordagem metodológica desta pesquisa – que é qualitativa – foi determinante para a escolha dos seis partidos, a fim de que o estudo fosse norteado por uma amostragem teórica que permitisse avançar sobre os objetivos já expostos.

Os partidos escolhidos também se justificam por suas alocações em diferentes pontos do espectro ideológico esquerda-centro-direita, oferecendo uma visão ampla do fenômeno. Além do mais, atualmente há no Brasil (país que conta com um sistema multipartidário) 32 partidos² registrados e em funcionamento, o que torna difícil o estudo de todos eles numa dissertação de mestrado, que tem um período curto para elaboração e defesa.

Cabe esclarecer que esta pesquisa foi desenvolvida por meio de um tipo específico de amostragem: a *purposeful sampling*. Essa amostragem qualitativa objetiva esclarecer dimensões teóricas relacionadas aos objetivos específicos da investigação. A *purposeful sampling* se contrapõe a uma amostragem por aleatorização própria da pesquisa quantitativa. Assim, nesta pesquisa qualitativa esse tipo de amostragem auxilia na compreensão dos casos selecionados sem a necessidade de generalização para outros possíveis.

Sobre a alocação no espectro ideológico dos partidos selecionados, estes estão distribuídos da seguinte forma: a) Democratas (DEM)³ e Partido Progressista (PP) como representantes da direita; b) Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB), centro; e c) Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB) enquanto representantes da esquerda (MÜLLER, 2005; MARENCO E SERNA, 2007; PERISSINOTTO E MIRÍADE, 2009 *apud* MACHADO, 2016)⁴.

² Conforme informe dados constantes no *website* do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Disponível em: <https://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/registrados-no-tse>. Acessado em: 06 set 2022.

³ É importante mencionar que no decorrer da pesquisa houve a fusão do Democratas (DEM) com o Partido Social Liberal (PSL) dando origem a outra agremiação partidária denominada União Brasil. No entanto, como a fusão ocorreu posteriormente ao processo de coleta de dados, especialmente as entrevistas, optou-se por manter essa denominação. Tal fusão foi aprovada pelo TSE em fevereiro de 2022.

⁴ Corroborando Machado (2016), a alocação dos partidos no espectro ideológico gerou e ainda gera muita divergência, pois, por exemplo, o mesmo partido pode apresentar comportamentos diversos a depender da Unidade da Federação. Optou-se, portanto, por seguir a linha de classificação já

A relevância deste projeto resta demonstrada a partir da necessidade de se pesquisar a realidade das juventudes partidárias e, também, porque a perpetuação e sobrevivência dos partidos políticos não deve depender somente daqueles que atuam como dirigentes dos partidos (TEIXEIRA, 2009): é preciso renovar lideranças e quadros. Some-se a isso o fato de que a produção de conhecimento científico no que tange às juventudes partidárias é, sem sombra de dúvida, valiosa para se compreender mais e melhor essas organizações e seu *modus operandi* – cotidiano das práticas partidárias (MARQUES, 2016).

Pensar as juventudes em números também fundamenta a importância deste estudo, já que no Brasil, segundo o censo mais recente (2010), existiam cerca de 51,3 milhões de pessoas na faixa etária de 15 a 29 anos. Do mesmo modo, pesquisas produzidas até 2010 apontam que 80% dos/as jovens do Cone Sul habitavam o Brasil (GOHN, 2019), país que abriga 50% dos/as jovens da América Latina. Desta forma, inequívoco é que a população de jovens do Brasil é numericamente expressiva e seu envolvimento com a política institucional, sobretudo nos partidos políticos, deve ser investigada.

No decorrer do tempo, grupos dos mais variados conquistaram arduamente o direito de escolher seus representantes políticos – de modo mais geral, o direito de votar e ser votado – e dentre eles estão os/as jovens. No caso desse segmento, a redução da idade mínima para o exercício do voto foi determinante, mas principalmente a garantia de poderem competir por cargos eletivos na posição de candidatos/as a cargos do Poder Executivo ou Legislativo. Em outras palavras, as juventudes possuem cidadania ativa (escolhem em quem votar) e cidadania passiva (podem ser votadas) (TEIXEIRA, 2009).

É importante destacar que o termo ‘juventudes’ no plural compreende, também, um grupo de indivíduos da mesma geração e que, de certo modo, *vivenciam espaços-tempos comuns de sensibilidades, saberes, memórias, experiências históricas e culturais* (IBASE e INSTITUTO PÓLIS, 2005, p. 10). O Ministério da Saúde, no documento intitulado *Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde*, também compreende a necessidade do uso do plural para se referir ao

formulada e proposta pela literatura, uma vez que o tema basilar deste trabalho não tem relação direta com a classificação ideológica dos partidos.

grupo em questão, respeitando a diversidade de condições de vida que permeia esse grupo de pessoas (BRASIL, 2010).

Os partidos políticos, tendo consciência do crescimento da população jovem e seu ativismo político, abrem espaço em suas estruturas internas para unidades voltadas especificamente para o público juvenil. Essas estruturas intrapartidárias podem ser denominadas juventudes partidárias e nesses espaços há a expectativa de recrutamento partidário do segmento em questão visando a sua participação em processos decisórios internos (TEIXEIRA, 2009). Do mesmo modo, essas organizações cumprem o papel de “ponte” política, pois conectam os partidos e suas mensagens de ordem política e ideológica aos jovens como um todo. É necessário mencionar também que as juventudes partidárias podem influenciar diretamente o processo de renovação e circulação das elites partidárias (CRUZ, 1990).

Sobre o aspecto metodológico, essa pesquisa foi inspirada na abordagem fundamentalmente qualitativa, denominada *grounded theory* ou Teoria Fundamentada em Dados (TFD), seguindo os contornos estabelecidos por Charmaz (2009) em sua corrente social construtivista. Essa estratégia metodológica torna possível a apreensão e compreensão da dinâmica interna dos partidos políticos e suas juventudes analisadas, gerando, assim, saber científico por meio do método indutivo (Glaser, 1978; Strauss e Corbin, 1994). A abordagem em questão propiciou o enfrentamento dos objetivos desta pesquisa, teorizando a partir das entrevistas (elementos empíricos) referentes aos temas levantados.

Para tanto, foram realizadas entrevistas semiestruturadas (com roteiro flexível) com integrantes de juventudes partidárias do DEM, PP, PSDB, MDB, PT e PCdoB. Os dados coletados formam parte do acervo deste trabalho e foram devidamente analisados e interpretados por meio das transcrições das entrevistas, usando-se as codificações próprias da *grounded theory*.

Esta dissertação está assim organizada: no primeiro capítulo é abordado o referencial teórico sobre temas vinculados diretamente a esse trabalho: juventudes, partidos políticos, recrutamento político e partidário, elites políticas e participação política e juventudes, posicionando o caso brasileiro. O segundo capítulo aborda os procedimentos metodológicos e as fontes desta pesquisa. No

terceiro capítulo são discutidos os achados e resultados desta pesquisa e, seguindo-se, são apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO 1 - REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

JUVENTUDES

Esse primeiro capítulo destina-se ao resgate de algumas contribuições da literatura especializada para os debates que se pretende travar sobre juventudes; partidos políticos; elites políticas; recrutamento político e partidário; participação política; e juventudes partidárias.

Já é consenso que a juventude se insere no hiato entre a infância e a fase adulta. Entretanto, a marcação da fronteira entre o “ser” criança e a dita maturidade, e o tema “juventude” de um modo geral, tem sido objeto de estudo e preocupação de várias áreas diferentes, como a Psicologia, a Sociologia, Pedagogia, Antropologia, Ciência Política etc. (SOUZA, 2004). Para essas áreas do conhecimento, inclusive, não é atual o discurso que tem como objeto as juventudes como uma questão pública e normalmente atrelada a alguma adjetivação negativa, como, tal como jovens delinquentes, jovens promíscuos (GROPPO, 2016).

Conforme o critério cronológico, as juventudes são definidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como a faixa etária compreendida entre 15 aos 24 anos de idade; adolescentes jovens com idade de 15 a 19 anos; e adultos jovens de 20 a 24 anos. Verifica-se, assim, que parte da adolescência está inserida nos anos iniciais da juventude – esse conjunto etário é denominado pela OMS como “pessoas jovens”.

No cenário brasileiro, ainda na perspectiva cronológica, o Estatuto da Juventude classifica como jovem a pessoa com idade entre 15 e 29 anos. Já o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) categoriza como “grupo jovem” pessoas com idade entre 15 e 24 anos. Compreender as juventudes a partir da mera definição da idade se mostra, de certa forma, muito restritivo e não dá conta da diversidade que esse grupo de sujeitos carrega.

Esse impulso de contagem da idade é mais predominante em áreas como o Direito – vê-se como exemplos o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei

nº 8.069) e o Estatuto da Juventude. Em casos como esse, corre-se o risco de promover uma simplificação categórica, pois parte-se do pressuposto da linearidade para determinar a entrada e a saída do sujeito na fase da “juventude”. Há, ainda, a possibilidade de, ao determinar o “ser” jovem tendo como fundamento a mera contagem de idade, causar distorções de ordem histórica (o que é “ser” jovem mudou, muda e provavelmente mudará no transcurso do tempo).

Bourdieu (1983) afirma ser a “juventude” apenas uma palavra: para o autor, *juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos* (BOURDIEU, 1983, p. 113). Sobre o tema, Levi e Schmitt (1996) argumentam contra a mera definição do “ser” jovem baseada em critérios objetivos, como faz o Direito. Para os autores, tal empreitada, no fim das contas, é inútil e não abrange a pluralidade social.

Na esteira desse entendimento, Cassab (2010) reforça a juventude enquanto uma categoria socialmente construída e que, por isso, não está limitada à fase meramente biológica ou cronológica. Ao longo da história, vale dizer, a mutabilidade do que era considerado jovem aponta justamente para o elemento social enquanto constituinte das etiquetas atribuídas a esse grupo populacional. Em complemento, Souza (2004) indica ser um equívoco confundir “jovens” com “juventudes”, tendo em vista que o primeiro termo se refere aos sujeitos e o segundo a uma fase da vida.

Como se pode verificar, os limites etários são marcadores úteis para fins legais e definição de políticas públicas, mas são abstratos. A partir de teóricos como Bourdieu (1983), fica evidenciada a complexidade que as fases da vida contém em si mesmas, o que também deságua na imensa diversidade de vida das pessoas. Faz sentido apontar a plasticidade e mobilidade dos limites ditadores de onde começa e onde termina a *juventude*.

São três as dimensões que juntas e de forma interdependente compõem as juventudes, quais sejam: a) macrossocial: onde se verifica a presença de desigualdades como de classe, racial, étnica e de gênero; b) dispositivos institucionais: são os sistemas educacionais, o mercado e trabalho, bem como as relações produtivas; e, por fim, c) a dimensão biográfica: aqui estão presentes as singularidades do enredo e história de vida particular de cada indivíduo (BRASIL, 2010).

Colocando as juventudes em números para melhor compreender a extensão desse contingente de pessoas, de acordo com o IBGE, no Brasil, mais de 47 milhões de pessoas estão hoje na faixa de 15 a 29 anos, o que corresponde a 23% da população do País. Reforçando ainda mais quão expressivo esse segmento é em termos quantitativos, Gohn (2019) relata que as pesquisas produzidas até 2010 apontam 80% dos/as jovens do Cone Sul residindo no Brasil, país que abriga 50% dos/as jovens da América Latina. Desses dados, pode-se afirmar que a população de jovens⁵ do Brasil é, entre outras coisas, numericamente relevante.

PARTIDOS POLÍTICOS

Para iniciar a exposição acerca dos partidos políticos é imprescindível trazer à baila o seminal trabalho de Robert Michels [1911], *Sociologia dos Partidos Políticos* (1982). Esta obra, partindo da análise detida do Partido Social-Democrata alemão (SPD), lança luz sobre os estudos partidários, bem como serve de pilar para a compreensão das dinâmicas internas das agremiações partidárias. O trabalho comentado também se torna sustento para os estudos sobre elites. Michels entende que os partidos políticos, mesmo os categorizados como democráticos em sua gênese, estão propensos a criar estruturas caracterizadas pela burocracia, centralização, bem como a chamada oligarquização dos postos liderança e direção: esse fenômeno é denominado “Lei de Michels” ou “Lei de Ferro da Oligarquia” – debate que será retomado posteriormente.

⁵ Diante da pluralidade qualitativa e quantitativa do Brasil, essa pesquisa se alinha ao entendimento contido nas Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde, documento formulado pelo Ministério da Saúde em 2010, em considerar que o uso do termo *juventudes* no plural denota respeito à diversidade de condições de vida e outros marcadores (raça, etnia, religião, cultura, gênero, orientação sexual etc.) que permeiam esse grupo de pessoas (BRASIL, 2010).

Duverger, em seu estudo publicado em 1951⁶, retomou questões levantadas por Robert Michels no tocante à natureza das agremiações políticas, tratando em sua obra o que seria uma teoria geral dos partidos e analisando sistematicamente a origem dessas associações. Esse autor, vale sublinhar, foi pioneiro na tentativa de ordenar a gama existente de agremiações partidárias fazendo uso de elaboração tipológica e posterior desenvolvimento do que seria considerada uma teoria geral dos partidos políticos (AMARAL, 2013).

Duverger (1980 [1951]) salienta que, embora tenham o mesmo nome, os partidos a que se referiu se diferem das facções das Repúblicas antigas, entre outras organizações. Nas palavras do próprio autor,

A analogia das palavras não deve levar a confusões. Chamam-se igualmente “partidos” as facções que dividiam as Repúblicas antigas, os clãs que se agrupavam em torno de um condottiere da Itália da Renascença, os clubes onde se reuniam os deputados das assembleias revolucionárias, os comitês que preparavam as eleições censitárias das assembleias revolucionárias, bem como as vastas organizações populares que enquadravam a opinião pública nas democracias modernas (Duverger (1980 [1951])).

Os verdadeiros partidos, ou seja, no sentido moderno, ainda segundo o autor acima, aparecem pela primeira vez somente nos Estados Unidos da América (EUA), nos anos de 1850. Já em 1950, os partidos políticos já existiam a ‘pleno vapor’ em grande parte das nações ditas civilizadas (DUVERGER (1980 [1951])). Até o século XIX, os partidos eram entendidos como nocivos e promotores de divisões na sociedade (MELO, 2018).

A discussão sobre os partidos políticos acaba, inevitavelmente, passando pelos escritos do cientista político Giovanni Sartori. Este autor buscou apresentar categorizações sobre os partidos ao passo em que também elucidou o que seria, a seu ver, as suas respectivas funções e razões de ser e estar no “mundo” político: *Os partidos encontraram sua razão de ser essencial e seu papel insubstituível na implementação do governo responsável e sensível* (SARTORI, 1976, p. 48).

⁶ O próprio Maurice Duverger (1951) reconhece que seu trabalho, no que tange os partidos políticos, foi precedido por alguns outros: *Les Partis Politiques veio a lume num momento em que existiam apenas dois trabalhos mais sistemáticos sobre o tema e que, igualmente, viriam a ser considerados seminais. Estes trabalhos eram La Democratie et L'organisation des Partis Politiques, de Moisei Ostrogorski, editado em 1902,5 e Zur Soziologie des Parteiwesens in der Modernen Demokratie, de Robert Michels, lançado em 1911* (PERES, 2009, p. 03).

Os partidos se mostraram necessários em um cenário em que era preciso apresentar mecanismos para a organização da competição política. Este processo envolve a seleção de candidatos e lideranças competentes e aptas para disputar cargos políticos. Vê-se, desse modo, o quão relevantes os partidos se mostraram no processo de aproximação de cidadãos inexperientes aos trâmites quotidianos e operacionais que são próprios da política institucional (MELO, 2019).

De forma sucinta, convém fazer um traçado histórico dos partidos políticos. São quatro os modelos que aqui serão compreendidos: 1) partidos de quadros: tomam força durante do século XIX, em meio ao que foi denominado voto censitário⁷, bem como filiações elitistas; 2) partidos de massas: tiveram seu início em meados de século XX e se diferenciam do modelo anterior por conta do sufrágio universal e da presença de filiações com caráter ativista; 3) partidos *catch-all*: em um ambiente de grande competição, esses partidos foram notados por volta do ano de 1945, e eram mais abertos para a filiação; 4) partidos cartel: estes tomam força em meados de 1970 e deixam de se preocupar com a filiação, ao passo em têm como fundamento a profissionalização da política (HEIDAR, 2006; PALUDO *et al*, 2018).

Os partidos são instituições necessárias e essenciais para o funcionamento da democracia. Na linha do exposto, Paludo *et al* (2018) aponta que *a literatura sobre partidos é vasta. Sabe-se que tais instituições são essenciais à democracia e que passaram por profundas transformações ao longo da sua história*. Braga (2013) aduz que a dupla partidos políticos e sistemas partidários compõem o rol de focos clássicos de estudo no campo da Ciência Política.

No que tange a pesquisa sobre os partidos políticos, Elmar Wiesendahl (2020) sublinha que essa ciência passou e ainda passa por constantes mudanças, indo da ascensão às inevitáveis transformações das organizações partidárias. O mesmo autor assevera que, no contexto das Ciências Sociais, nenhuma outra disciplina, nas últimas décadas, sofreu tantas modificações no seu objeto de estudos da mesma forma que os partidos políticos.

⁷ Diferente do sufrágio universal inaugurado no Brasil pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o sufrágio censitário permitia que somente determinada parcela da população pudesse votar. Havia “qualificações” bastante restritas que davam ao indivíduo o privilégio de participar da vida política por meio do voto. Nesse contexto, era necessário, por exemplo, uma renda mínima para poder votar. Informações disponíveis em: <https://www.politize.com.br/voto-universal-e-voto-censitario-qual-a-diferenca/>. Acessado em: 20 maio 2021.

Definir o que vêm a ser os partidos políticos e quais são as suas respectivas funções não é algo fácil e nada objetivo (WHITE, 2006). Existem múltiplas definições do que vem a ser os partidos políticos. Resumidamente, a literatura define os partidos através de duas distintas abordagens: a) estruturalista: define os partidos em função de sua natureza; b) funcionalista: se pauta nas funções da agremiação política para defini-la (BOLOGNESI, 2020).

Como um exemplo de definição de partidos políticos pode-se citar os escritos de Max Weber:

Partidos são, em sua essência mais íntima - por mais numerosos que sejam os meios que empenhem para conseguir a associação permanente de sua clientela -, organizações voluntariamente criadas e baseadas em livre recrutamento, necessariamente sempre renovado [...] (WEBER, 1999, p. 544).

O conceito de partido, vale dizer, precede ao período moderno, mas foi *com o triunfo da democracia representativa, das instituições dos Estados nacionais e dos sistemas de formação de governo através do voto universal que os partidos políticos passaram a ter um papel fundamental no sistema político* (PALUDO, 2017, p. 32).

Angelo Panebianco (2005) afere os modelos de partidos políticos já formulados pela literatura e trata questões de ordem sociológicas e teleológicas ao mesmo tempo em que sublinha que os partidos políticos são organizações: a) que apresentam complexidades e buscam objetivos racionais como, e.g., mediações de sobrevivência; b) que disseminam estímulos à coletividade e que podem também ser seletivos; c) que visam conquistar o espaço ou o sistema político no momento em que arriscam se adaptar às condições do meio; 4) cujos líderes são dotados de autonomia limitada (PANEBIANCO, 2005; PALUDO, 2017).

Diante das formulações teóricas resumidamente acima expostas, Panebianco (2005) *define critérios de classificação, na evolução de um processo organizativo ideal baseado em três fases: gênese dos partidos, processo de institucionalização e a fase da maturidade; cada uma delas têm características diferentes, mas influenciáveis entre si* (PALUDO, 2017, p. 37).

Quanto ao papel dos partidos, diferentes autores apresentam diferentes visões. Sartori (1982) percebe os partidos como elemento componente do todo e que são atores da representação, dado que assumem o papel de levar propostas

que atendam aos interesses coletivos. Já Max Weber (2012) se concentra mais no caráter do livre recrutamento dos partidos e aí jaz a sua importância. Downs (1999) acena para o fato de que os partidos são necessários à organização dos interesses particulares (egoístas) de seus membros.

Os partidos políticos em uma democracia representativa desempenham funções centrais: a) organizar a competição eleitoral, momento em que promovem a mobilização e o engajamento do eleitorado e a seleção/ indicação de candidatos/as para ocupar cargos públicos; b) exprimir demandas e reivindicações da sociedade no sistema político e as traduzir em políticas públicas; c) organizar os trabalhos no Poder Legislativo; e d) formar e sustentar os governos (MELO, 2019).

Um ponto importante e necessário a ser mencionado é que parte da literatura mais atual vem apontando para um certo declínio quantitativo (diminuição do número de filiados) e qualitativo (diminuição da intensidade do engajamento) no contexto dos partidos. Tais questões levariam a uma diminuição da importância da participação política (PALUDO; BORBA; GIMENES, 2018)⁸.

RECRUTAMENTO POLÍTICO E PARTIDÁRIO

A permanência dos partidos políticos – instituições cruciais para o ambiente democrático representativo – está intimamente ligada à renovação de lideranças, mais precisamente, de seus quadros de dirigentes. Os partidos, como já mencionado, cumprem com uma série de funções na sociedade e no regime democrático, graças à sua reprodução no sistema político - relacionada, também, ao recrutamento de novas lideranças.

Os partidos, como detentores de suas conquistas políticas e ganhos eleitorais, necessitam de “herdeiros” aos quais sua herança (pode ser, por exemplo, posições de poder, acesso a recursos etc.) será transmitida. É por meio do *ter-para-*

⁸ A título de complemento, vale apontar que: *baixas taxas de mobilização e participação, filiações partidárias em declínio e avaliações negativas das instituições de representação são tendências há muito presentes nas democracias consolidadas* (KINZO, 2004, p. 36).

quem-passar-o-bastão que os partidos poderão garantir a sua longevidade organizacional (MACHADO, 2016).

[...] a renovação é condição necessária, embora não suficiente, à longevidade organizacional – de nada adianta chegar às posições de poder e ter acesso a recursos dos mais variados se a “herança” partidária não é transmitida de alguma maneira às sucessivas gerações de membros. Em segundo lugar, a renovação das lideranças contribui para promover necessárias adaptações organizacionais e programáticas em resposta às mudanças do ambiente político – os partidos devem se manter conectados com as transformações geracionais, senão tornar-se-ão menos representativos dos novos valores sociais e, conseqüentemente, menos responsivos às demandas emergentes. Em terceiro lugar, a renovação permite a necessária reposição de lideranças preparadas para cumprir as funções de direção, representação e governação [...] (MACHADO, 2016, p. 22).

No tocante ao recrutamento, segundo Machado (2016), parte dos estudos comparativos produzidos sobre o assunto está balizada em abordagens institucionalistas. Alguns deles, em certa medida, apresentam limitações que focalizaram o olhar dos analistas a apenas certos aspectos do recrutamento partidário. Alguns autores apontam que o recrutamento político e a seleção de candidatos são processos de impossível separação e distinção em termos empíricos, posto que estão subsumidos um ao outro (SIAVELIS, 2008). Essa pressuposição acabou por influenciar pesquisadores que se empenharam nesta área de pesquisa.

Entretanto, Machado contrapõe essa ideia ao esclarecer que

Talvez no caso de provimento de cargos públicos na burocracia estatal seja possível conceber que o recrutamento seja, ao mesmo tempo, um processo de seleção, pois geralmente dependem de concursos com base no mérito medido pelo desempenho em algum teste. Assim, nesses casos, recrutar é selecionar. Porém, o mesmo não ocorre com os partidos políticos e seu processo de recrutamento. Nos partidos, os dois processos são separados, pois a seleção envolve a escolha de diretores e candidatos que já são membros, portanto, já foram recrutados (MACHADO, 2016, p. 37).

O recrutamento – fenômeno complexo e multifacetado – pode ser compreendido como estratégias utilizadas pelos partidos políticos para angariar mais membros seja para a posição de filiado ou para composição do quadro da própria organização partidária. É válido mencionar que não há consenso propriamente dito quanto ao conceito de recrutamento, bem como sobre os seus tipos. (PERES E MACHADO, 2016).

Peres e Machado (2017), propõem uma tipologia e defendem que o recrutamento partidário inclui: a) filiação; b) formação de quadros; c) seleção de membros para ocupar cargos dentro do próprio partido ou na burocracia estatal ou para cargos eletivos⁹. Os partidos têm disponíveis para si as mais variadas formas de recrutamento, bem como seus objetivos, o que poderá variar ao sabor do ambiente político.

As etapas acima são oriundas de um processo lógico e que devem ser sequenciais e cumpridas integralmente. É possível que, a depender do caso específico, o recrutamento ocorra desobedecendo a sequência em questão, pois, sublinha-se, as estratégias de recrutamento, antes de mais nada, visam atender aos interesses dos partidos.

O modelo proposto por Machado (2016) comporta duas possibilidades de modalidade de recrutamento: 1) recrutamento extensivo e; 2) recrutamento intensivo. Haverá recrutamento extensivo quando o partido político se valer das três etapas do recrutamento (filiação, formação e seleção), sequencialmente, onde haverá investimento em atração de novos membros, para posterior formação política (com o uso do binômio teoria-prática), com o fim de capacitação para atuação futura como políticos profissionais. Por sua vez, o recrutamento intensivo ocorrerá quando o partido recrutar de forma a não seguir a lógica sequencial (filiação, formação e seleção). Nesse caso haverá um esforço concentrado e potencializado pelo partido em uma das etapas.

O que é filiação partidária? Sobre essa pergunta, não há como respondê-la seguindo a perspectiva legal, pois a “Lei dos Partidos Políticos” (Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995) trata somente dos requisitos para que o indivíduo se torne um filiado. Veja-se: *Art. 16. Só pode filiar-se a algum partido o eleitor que estiver no pleno gozo de seus direitos políticos* (BRASIL, 1995). A literatura voltada para os estudos acerca da filiação partidária também encontra certa dificuldade para conceituá-la precisamente.

⁹ Conforme Machado (2016) esclarece, os postos mais importantes a serem ocupados pelas lideranças recrutadas, em princípio, são os seguintes: (1) cargos na burocracia partidária, (2) cargos na burocracia estatal passíveis de serem preenchidos sem concurso, (3) cargos na direção partidária, (4) vaga como candidato a algum cargo eletivo de maior relevância (em especial para os Executivos e o Senado) e (5) cargos eletivos conquistados pelo partido (MACHADO, 2016, p. 60).

A maioria dos esforços para definir a filiação – *party membership* – se centram em diferenciar os membros dos apoiadores e foi esse o caminho seguido por Duverger (SCARROW, 2015). *In parties with very formal membership rules, there may be behavioral distinctions between members and other supporters, and even between different groups of members (e.g. activists vs. other members)* (SCARROW, 2015, p. 26).

Duverger (1970) diferencia, em termos de grau de participação, os eleitores (têm chances de ser fiéis ou voláteis), os simpatizantes (são fiéis e se diferenciam também pela relação de identificação que constroem com o partido), os filiados (guarda um vínculo real e formal com o partido) e os militantes (cumprem o papel de ativismo continuado). Essa distinção apresentada tem como fundamento o modelo chamado *círculos concêntricos*.

Knut Heidar (2006) afirma:

Party membership means different things depending on the situation. In states with oneparty systems it is often difficult to distinguish between party members and public officials (Giliomee and Simkins, 1999). The definition of 'party member' is more varied and culturally contingent than what is signified by the terms 'citizen' and 'voter' – which are defined by public law and election behavior, respectively. Party membership is usually a more demanding form of participation than voting (HEIDAR, 2006, p. 301).

Nota-se, portanto, que o conceito de filiação partidária poderá variar ao sabor do contexto em que se está discutindo. Mesmo assim, Heidar (2006, p. 301) se propõe a definir a filiação partidária como *uma afiliação organizacional por um indivíduo a um partido político, atribuindo obrigações e privilégios para aquele indivíduo*. O mesmo autor salienta que a filiação se distingue da militância ou ativismo, pois nestes casos não haverá necessariamente um vínculo formal.

É possível, conforme sublinha Heidar (2006), notar diferenças entre os partidos políticos quanto às formas utilizadas de organização e administração de seus quadros de filiados. A legislação brasileira, denota-se da leitura das leis competentes, dá maior autonomia para os partidos no sentido da sua organização interna, o que inclui os filiados. Os membros dos partidos costumam pagar taxas e estas fazem parte do rol de deveres ao passo em que também se comprometer a não integrar os quadros de outros partidos de forma simultânea (HEIDAR, 2006)¹⁰.

¹⁰ Nos Estados Unidos da América (EUA) não há filiação formal. Não há vínculo formalmente estabelecido entre o indivíduo e o partido, o que implica na inexistência de obrigações e privilégios.

Como privilégios, os filiados têm direito a participar das atividades dos partidos como, por exemplo, eleições internas e eventos sociais (HEIDAR, 2006). É possível aqui fazer uma ligação entre os escritos de Heidar (2006) e Duverger (1987) no sentido de que o segundo, ao denominar os partidos de massa, estava justamente buscando apreender o membro que, diferente do simpatizante, era pagante de taxas da organização partidária. Os filiados brasileiros, apesar do exposto por Heidar (2016), salvo quando ocupam cargos públicos de livre comissionamento, não costumam cumprir a obrigatoriedade de pagar taxas regulares e/ou anuidade.

A filiação partidária é um elemento importante para a parte da Ciência Política que trata do assunto. Em termos de números, segundo o trabalho de Speck, Braga e Costa (2015), o Brasil, em comparação a outros países, conta com as maiores taxas de filiação.

Segundo um estudo de Biezen, Mair e Pogundke (2011) sobre a filiação partidária em 27 democracias da Europa, a taxa média de filiação partidária (porcentagem de filiados sobre o eleitorado) é de 4,7% (dados referentes aos anos 2004 a 2009). As maiores taxas de filiação encontram-se na Áustria (17,3%), os menores em Latvia (0,7%) (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015, p. 126).

Vale mencionar que os eleitores que se auto identificaram como filiados estão concentrados nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, isto é, estão dispersos de forma desigual no território nacional (SPECK, 2013). E as taxas de filiação são maiores quanto menor o tamanho do município (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015).

Mesmo diante de tal cenário, a academia brasileira no contexto da Ciência Política não voltou suas atenções para os dados concernentes à filiação partidária (SPECK 2013). Há suposições que poderiam explicar tal omissão e uma delas é que no cenário brasileiro a filiação partidária não atende aos padrões europeus dos partidos de massa. Os motivos para isso não ficaram evidentes (SPECK; BRAGA; COSTA, 2015).

Há que falar, por fim, sobre o declínio ao redor do mundo das taxas de filiados aos partidos políticos. As causas são as mais variadas e uma delas seria que os/as jovens não dispõem de tempo ou interesse para se envolverem efetivamente com atividades partidárias. Esse fenômeno causou impactos e eles

Entretanto, há outras formas para que os partidos, mesmo não tendo filiados formais, se mantenham atentos às transformações sociais (STONE *et al.*, 2004; PALUDO, 2017).

podem ser listados da seguinte forma: 1) dificuldade no processo de renovação de lideranças para ocupar cargos; 2) volatilidade eleitoral em função do afastamento de bases com voto fidelizado; 3) os partidos começam a perder a sua legitimidade de como peça necessária à democracia representativa (PALUDO, 2017).

Esse cenário aponta para o grande desafio que os partidos têm diante de si para atrair jovens engajados para participar politicamente em sua estrutura. Conforme afirmam Cross e Young:

If parties are to be vital organizations with significant ties to civil society they require members. They are not likely to find these new recruits from among those youth who are not interested in politics. Rather, a more fertile strategy for increasing their numbers of young members might be recruitment efforts aimed at attracting youth who are engaged in alternative methods of politics (CROSS; YOUNG, 2008).

Na esteira do tema da aparente diminuição da taxa de filiados, Scarrow (2015) propõe que os partidos políticos se atentem à aplicação de algumas estratégias para contornar tal situação. As agremiações políticas poderiam: a) aumentar as recompensas relacionadas às filiações tradicionais; b) diminuir os custos para que os indivíduos possam se filiar; c) ressignificar o sentido de se matricular (vincular) e, com isso, atrair sujeitos que apoiem os partidos mesmo não sendo membros.

As organizações, ao fazerem uso desse conjunto de três estratégias visando aumentar o número de filiações, fariam uso de uma abordagem *multi-speed*, o que, conseqüentemente, poderia resultar em maior número de filiação (vínculo tradicional), mas principalmente em novas possibilidades de vinculações ao partido diversas das tradicionais.

Parties that adopt all three strategies would be pursuing a multi-speed approach to party membership, one that seeks to bolster traditional membership while at the same time creating new affiliation options for supporters who may or may not eventually acquire traditional membership (SCARROW, 2015, p. 128).

Organizações *multi-speed membership* podem disponibilizar as seguintes, mas não só, seis modalidades de filiação: 1) *traditional individual membership*; 2) *light membership*: uma classe secundária da filiação tradicional, onde há uma redução do rol de direito e de deveres do/a filiado/a; 3) *cyber members*; 4) *financial sustainers*; 5) *social media followers and friends* e; 6) *news audience*: disponibilização de conteúdo como, por exemplo, revistas, *newsletters*

ou vídeos por partidos políticos àqueles que apresentarem interesse (SCARROW, 2015). Nota-se, portanto, que a autora vai na contramão do modelo de Duverger (1964), aqui os limites que poderiam diferir uma categoria da outra não são tão claramente definidos e demarcados.

Nesse sentido, o que se percebe é que a autora compreende ser necessário que os partidos encontrem alternativas de modo a aumentar o leque de possibilidades – o menu – de modalidades de adesão por apoiadores/as. Afinal de contas, nem todos esses sujeitos têm interesse em se filiar ao partido nos moldes tradicionais. Essas táticas, por fim, acabam por tornar as agremiações partidárias mais atrativas, o que poderia resultar no aumento do número de indivíduos a elas vinculados.

Finalmente, cabe apontar que o recrutamento político-partidário, mais precisamente de jovens, com o intuito de treinamento e capacitação para serem políticos profissionais, é indispensável, também, para a renovação das elites partidárias (CRUZ, 1990) e para a “sobrevivência” das organizações partidárias. Cabe apontar que as novas lideranças também devem ser compostas por pessoas jovens, pois, caso contrário, os partidos responderiam menos às mudanças geracionais da sociedade (MACHADO, 2015).

ELITES POLÍTICAS

Conforme já indicado, essa pesquisa trata do processo de recrutamento de jovens como possibilidade de ocupação de postos de elites partidárias. Assim, convém, mesmo que brevemente tecer algumas considerações sobre as elites. Os estudos sobre as elites, a teoria das elites, tem suas raízes fundantes nos autores clássicos Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels. Estes autores podem ser compreendidos como a vanguarda dos debates voltados à compreensão das elites.

Pareto (1984) aponta que todos os grupos humanos são permeados por elites, pessoas com características notáveis que as farão aptas aos postos de elites. O mesmo autor tem uma noção “unicista” porque acredita que apenas um

grupo detém o monopólio dos cargos principais do governo (RAPOSO, 2019). Já Mosca (1992), por meio de seus estudos, conclui que todas as sociedades têm em sua conformação as classes dos governantes (comandantes da sociedade – classe política ou de dirigentes) e a classe dos governados (chamados de massa, são os conduzidos). Conforme aponta Perissinotto (2009, p. 10), *esse é o ponto de partida fundamental para a teoria das elites: a constatação de uma lei histórica inescapável que divide os homens em governantes e governados.*

Mosca, diferentemente de Pareto, adotou uma visão “pluralista” da sociedade no sentido de que diversas elites, com interesses divergentes, se confrontam em busca, também, de angariar para si as preferências dos eleitores. Os produtos teóricos de Mosca se distanciam de Pareto também porque se atentam mais ao aspecto político dos estudos das elites, aproximando-se, assim, das teorizações formuladas por autores como, por exemplo, Max Weber, Schumpeter, Raymond Aron e Robert Dahl (RAPOSO, 2019).

Pareto entendia que as elites são formadas por indivíduos altamente qualificados, bem como habilitados, enquanto Mosca argumentava que a característica predominante das elites é a sua capacidade de organização potencializada pela detenção de adjetivos socialmente valorizados

O que distinguia a minoria da maioria, conferindo-lhe o poder de dirigir, era, inicialmente, a organização. Organizada, coordenada, ela se impunha a uma maioria atomizada, desarticulada. Além disso, a minoria também se destacava por possuir algum atributo, alguma qualidade altamente valorizada em termos sociais, como a força física, o contato direto com divindades, o saber, a riqueza [...] (MOSCA, 1982, p. 50).

Para Gimenes há duas diferenciações quanto à formação da classe política: a) regimes aristocráticos: situações em que o poder é passado via herança; b) regimes democráticos: quando a classe é composta com pessoas oriundas de classes mais baixas. A classe política pode ser compreendida como um pequeno grupo detentor do monopólio dos recursos de poder e que irá utilizá-los em prol de si mesmos. Esse mesmo grupo usará suas “ferramentas” para influenciar os processos de tomada de decisão (GIMENES, 2014).

As elites políticas são importantes, inclusive, para o processo de socialização política dos indivíduos, uma vez que suas noções e definições políticas têm maior impacto na sociedade. Assim, as elites políticas funcionam, também, como difusores necessários ao processo de formação e composição da cultura

política daqueles grupos que representam – isso se explica porque os valores carregados pelas elites, em função de sua força política no processo decisório, têm, aparentemente, maior relevância se comparado aos da população geral (GIMENES, 2014).

Feitas breves considerações sobre os constructos teóricos de Pareto e Mosca acerca das elites, insta resgatar algumas contribuições de Robert Michels – teórico cuja obra já foi apresentada na seção II (partidos políticos). Este autor se filiava, vale repetir, à ideia de que a organização era a base das elites em seu processo de dominação. Mesmo as organizações autointituladas socialistas contavam com oligarquias em seu seio – fenômeno que o autor chama de “Lei de ferro das oligarquias”. Nas palavras do autor, *a organização é a fonte de onde nasce a dominação dos eleitos sobre os eleitores, dos mandatários sobre os mandantes, dos delegados sobre os que os delegam*. No mesmo sentido, Michels complementa assim: *Quem diz organização, diz oligarquia* (MICHELS, 1982, p. 238).

Michels (1982), inclusive, trata de um ponto que é muito relevante para essa pesquisa no tocante à formação política dos/as jovens nos seios dos partidos políticos – o que, de certa forma, os prepara para a ocupação futura dos postos de dirigentes. Aqueles/as em postos de liderança (dentro e fora) dos partidos adquirem um *know-how*, maior expertise referente à lida da vida política, o que os torna – ao menos de forma imediata, por conta de seus conhecimentos e experiência – insubstituíveis.

Todos os demais membros do partido são estranhos ao mecanismo burocrático, absorvidos que são pelas suas ocupações cotidianas. Graças à competência que proporcionam em trabalhos pouco ou nada acessíveis à massa, os conhecimentos técnicos dos chefes lhes asseguram virtualmente uma imobilidade que não deixa de atentar contra os princípios da democracia (MICHELS, 1982, p. 54-55)

A lida interna das “oligarquias partidárias” levava seus componentes a desenvolverem habilidades práticas para serem empregadas em suas atuações. Deste modo, pode-se depreender que é pungente a necessidade da participação política de jovens nas organizações partidárias de modo que as experiências político-partidárias os tornem aptos para exercer postos de liderança na própria estrutura.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E JUVENTUDES

Podemos demarcar como ponto inicial dos estudos sobre participação política a publicação do importante trabalho de Lester W. Milbrath (1965), esse autor compreendia a participação enquanto ações restritas às “corridas” eleitorais (BORBA, 2012). Geraint Parry (1972), elucida que no tocante à participação não há problemas em conceituação, uma vez que até mesmo as definições mais enxutas dos dicionários concordam no seguinte sentido: participar é, basicamente, tomar parte ou envolver-se com outros indivíduos em alguma ação.

Entretanto, a complexidade da questão assume outras proporções quando há a junção de “participação” com “política”: participação política. Esta, ainda conforme Parry (1972, p. 3), poderia ser facilmente definida como *taking part in some 'political action'*. Contudo, a dificuldade reside nas múltiplas formas que diferentes autores escolhem para delimitar as “fronteiras” da participação política¹¹.

A participação política é um elemento necessário à democracia, vez que a última requer o envolvimento dos/as cidadãos/ãs, independentemente das atividades. Para Lucia Avelar (2004), a participação política vai de simples conversas sobre política (local, nacional ou internacional) com amigos e familiares até envolvimento mais complexos e intensos como, por exemplo, atuar em governos, atuar em mobilização de protestos, associação a grupos e envolvimento político-eleitoral (ex. filiação a partidos políticos, candidaturas etc.), entre outros. No limite, para a mesma autora, participação política tem a ver com o exercício da soberania popular, é ferramenta que viabiliza o fortalecimento, bem como a legitimação das instituições que compõem o desenho democrático.

Como se participa politicamente é algo que irá variar conforme o contexto sócio-histórico e econômico em que os atores estão inseridos. Com isso, pode-se dizer que pessoas oriundas das elites serão inseridas no “mundo político” – colocadas em contato com, por exemplo, partidos políticos – de forma diversa daquelas advindas do que se entende por não-elite e a lógica da participação não

¹¹ O autor compreende a existência de uma relação direta entre a ideia de participação e política, tendo em vista que a “política”, por si só, requer o agir com o fim em algum propósito, o que inevitavelmente deságua em algum, mesmo que pequeno, grau de participação (PARRY, 1972).

será sempre a mesma – pode e normalmente varia. Os canais de participação também são plurais e se alternam se os atores são oriundos de grupos religiosos, sindicais etc. (AVELAR, 2004).

No mesmo sentido, Parry (1972) aponta que há diferentes formas de participar politicamente – o que em inglês o autor denomina *taking part in politics*. As variáveis “oportunidades” (institucionalizadas ou informais), interesses e recursos políticos irão influenciar no modo como o/a ator/atriz participa. Em consonância, argumenta Milbrath (1981), participação política não é mais compreendida como algo unidimensional, ao passo em que também há diferentes formas de ação sob o “guarda-chuva” da participação¹². Mais recentemente, os autores Hickey e Mohan (2004), analisaram a participação de forma mais ampla, chegando, inclusive, a usar o termo cidadania multidimensional para dar conta da multiplicidade dessa ação.

Cruz (1985) aponta que a participação política não é uma variável independente, uma vez que está diretamente vinculada à existência de possibilidades objetivas e da vontade subjetiva do indivíduo de se envolver nos processos político-decisórios. Para o mesmo autor, que se alinha ao entendimento de Verba e Nie (1972), a participação política deve ser compreendida como a atuação efetiva em processos decisórios ou a possibilidade de intervir e, por meio disso, influenciar na tomada de decisão daqueles/as legitimados/as a fazê-lo.

Para além das disputas teóricas quanto a definição e abrangência de “participação política”, esta, inevitavelmente, se constitui enquanto peça importante e necessária à qualidade da democracia. Sendo esta última classicamente conhecida como o governo do povo, é de se esperar que a participação política seja um dos condicionantes de seu grau de qualidade (NIE, 1987).

Quanto à tipologia da participação cabe tecer algumas, ainda que breves, considerações. Parte da literatura especializada apresenta a seguinte

¹² O debate sobre as ações que podem ser entendidas como participação política já foi (e ainda é) alvo de discordância entre os teóricos especializados sobre o tema. Por exemplo, Verba e Nie (1972, p. 2) compreendem que *political participation refers to those activities by private citizens that are more or less directly aimed at influencing the selection of governmental personnel and/or the actions they take*. Em contraponto a essa visão, Salisbury (1975, p. 324) afirma que a definição em comento é, em certa medida, reducionista, pois: *They exclude ceremonial support where no direct influencing processes are involved, they exclude societal participation that is not "aimed at affecting the government," and they exclude extraordinary modes of action, including most kinds of protest*.

divisão: participação convencional – atividades como atuação em partidos políticos e o voto – e participação não-convencional – ações como boicotes e protestos. Em contraponto a isso, alguns autores preferem a dicotomia participação institucionalizada e não-institucionalizada (BARNES; KAASE; ALLERBECK 1979).

Interseccionando os temas participação política e juventudes – estas quanto às suas respectivas importâncias, na dimensão da participação política –, o Banco Mundial (BM), por meio do documento *Relatório de desenvolvimento mundial 2007: o desenvolvimento e a próxima geração*, aponta para a necessidade de se criar condições objetivas e práticas voltadas à preparação desse segmento para o futuro (CASTRO; ABRAMOVAY; LEON, 2007). Na mesma toada, mas se diferenciando do caráter utilitarista adotado pelo BM o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve)¹³ valoriza a participação política como expressão de direitos das juventudes, que também contribui para a autonomização e empoderamento do ser (CASTRO; ABRAMOVAY, 2009). A referida entidade ao tratar da participação de jovens, dispõe:

A dimensão participativa deve constituir-se em uma das principais características de todo o processo de formulação das políticas de juventudes, desde a organização das demandas até a avaliação dos programas desenvolvidos. É preciso que a sociedade e o Estado sejam receptivos às possibilidades e oportunidades de participação juvenil, não só por motivos de ampliação da democracia, mas também pela importância da vivência política nos processos de desenvolvimento pessoal dos jovens. (Conjuve, 2006, p. 37).

É um ponto de preocupação de várias áreas do conhecimento o aparente declínio da participação política de jovens, principalmente nos espaços categorizados como institucionais (convencionais). Sobre esse declínio, Castro (2008) esclarece que os ambientes hierarquizados e burocratizados acabam se tornando menos atrativos para pessoas mais jovens, que tendem a preferir espaços e formas não-convencionais de participação.

A articulação dos temas juventudes e participação deve considerar a realidade do País, que é estruturado *por desigualdades de classes sociais e de múltiplos sistemas modelados por subalternidades, como os de gênero, raça e*

¹³ Esse conselho teve sua criação determinada pela Lei nº 11.129, de 2005, cujas atribuições são de formular políticas públicas voltadas para a juventude, desenvolver estudos que auxiliem na compreensão das realidades nas quais os/as jovens estão inseridos, bem como promover a aproximação com outras organizações voltadas para o mesmo seguimento.

geração, entre outros (CASTRO; ABRAMOVAY, 2009, p. 29), já que esses marcadores interferirão direta e indiretamente na interação dos/as jovens na vida pública. Na mesma esteira, Boghossian e Minayo (2009, p. 413) ponderam que a participação das juventudes esbarra em diversos empecilhos, entre eles a *estrutura das instituições, preconceitos, dificuldades dos atores e uma conjuntura social e política que engendra crescentes formas de exclusão*.

A Ciência Política tem se debruçado no desenvolvimento de estudos que visam compreender a participação política (ou o seu declínio) entre os/as jovens – como esse grupo etário participa politicamente, se engaja na política, onde está e, por fim, como são formadas as suas preferências, são temas que compõem algumas agendas de pesquisa sobre as pessoas jovens (FUKS, 2011; BAQUERO; BAQUERO, 2012; RIBEIRO, 2012; OKADO; RIBEIRO, 2015; RIBEIRO; FUKS, 2019; ARAÚJO; PEREZ, 2021).

A partir dos anos 1980 é possível notar algumas alterações no modo como as juventudes participam no cenário político, pois os/as jovens começam a perceber formas outras, para além das organizações partidárias, de atuar na política nacional. Essas novas formas de interação política acabam contribuindo para o discurso da chamada apatia juvenil frente a assuntos políticos e cívicos (CASTRO; ABRAMOVAY, 2009, p. 29; BOGHOSSIAN e MINAYO, 2009).

Vários estudos, segundo Boghossian e Minayo (2009), atestam o distanciamento entre jovens e os meios tradicionais de participação como os partidos políticos, greves, campanhas eleitorais, participação em sindicatos etc. Vale sublinhar que as discussões sobre participação política das juventudes cercam as seguintes questões: a) os/as jovens não participam; ou b) os/as jovens participam, mas o fazem de modo diverso, em uma outra perspectiva.

Ao passo em que outros estudos vêm mostrando que as juventudes não confiam mais nos governos e em sua capacidade de lidar e resolver problemas sociais (BAQUERO; BAQUERO, 2012). Esse descontentamento dos/as jovens para com a política institucional fica, de certo, ainda mais evidente diante da presença massiva e expressiva desse grupo em protestos de rua ocorridos no Brasil em anos anteriores.

A despeito do cenário já delineado, todavia, há no Brasil um contingente de jovens que ainda atuam junto aos partidos políticos e que optaram pela via da

participação política institucionalizada (ou convencional). Esses/as jovens militam no interior dos partidos políticos e lá constroem suas trajetórias pautadas nas práticas partidárias cotidianas. Desse grupo de jovens estão, ainda, aqueles que atuam em alas dos partidos voltadas para as juventudes, denominadas juventudes partidárias, e é justamente sobre esses sujeitos que esta pesquisa lança luz, no sentido de tentar compreender como esses indivíduos atuam, bem como a (in)existência de condições para a sua ascensão na estrutura partidária.

As juventudes partidárias – *party youth wings*¹⁴, o seu equivalente em inglês – podem ser definidas como *formas organizativas juvenis que integran las estructuras de los partidos políticos, con especificidades propias, y que, según reglas de juego, formales e informales, desarrollan diversas actividades al interior y hacia el exterior de los partidos en búsqueda de fines específicos* (RODRÍGUEZ, 2009, p. 14). Insta elucidar que o conceito em questão foi desenvolvido tendo como referencial a definição mínima de partido político de Sartori.

Assim, as juventudes partidárias são espaços internos aos partidos políticos e que são utilizados por e para jovens visando a participação política. Além disso, Pickard (2019) sublinha que as organizações intrapartidárias juvenis existem, também, para receber basicamente: a) indivíduos que ainda não tem idade suficiente para integrar a ala voltada para adultos; e/ou b) aqueles/as que preferem integrar grupos compostos por jovens etc.

Sobre o papel das juventudes partidárias, Cosmas Kanyadudi (2010), ao analisar o cenário africano, mostra que é preciso que sejam desenvolvidas e utilizadas estratégias para o recrutamento de novos membros: comunicação interna e externa – uso de ferramentas para mostrar ao público os princípios da organização – que seja efetiva. As organizações partidárias juvenis também cumprem a função de serem molas propulsoras da renovação de quadros e, com isso, permitir a perpetuação dos partidos.

De acordo com Marques (2016), as juventudes partidárias acabam assumindo uma tarefa quase que inglória de se mostrarem como atraentes e relevantes tanto interna como externamente (MARQUES, 2016). As alas jovens dos

¹⁴ A autora Sarah Pickard (2019) esclarece sobre outros termos em língua inglesa para se referir às juventudes partidárias, veja-se: *youth sections, Youth branches, youth organisations, youth movements or youth factions*.

partidos também auxiliam no processo de recrutamento de novos membros, uma vez que estão mais expostas às mudanças estruturais da sociedade (HOOGHE; STOLLE; STOUTHUYSEN, 2004).

O ambiente intrapartidário voltado para as juventudes pode ser compreendido como escolas que, por meio das práticas e vivências político-partidárias, permitem a esse segmento apreensão dos ideais do próprio partido, bem como do funcionamento interno da organização (FERREIRA, 2012). Os/as jovens poderão interagir entre si, o que, de certa forma, gera socialização entre eles/elas (HOOGHE; STOLLE; STOUTHUYSEN, 2004). É necessário apontar, assevera Hooghe *et al.* (2004), que o abandono de jovens das juventudes partidárias pode trazer grande impacto para os partidos como um todo (*mother parties*, partidos-mãe, em tradução literal), porque pode tornar ainda mais difícil o recrutamento de novos/as membros/as no futuro.

No tocante às motivações dos/as jovens para participarem politicamente nos partidos políticos, Michael Bruter e Sarah Harrison (2009) desenvolveram uma pesquisa objetivando investigar quais eram os principais objetivos das juventudes integrantes de partidos.

Para operacionalizar o seu estudo, os autores apresentaram a seguinte tipologia de incentivos: a) *moral-minders: purposive incentives* – com um apelo moral, são os/as jovens focados no aspecto ideológico do partidos, que ostentam maior apreço pelo partidos no sentido do seu papel transformador – são idealistas e acabam buscando dar sentido às suas vidas através do seu envolvimento com o partido (têm tendência à radicalização); b) *social-minders: solidary incentives* – a solidariedade é a palavra-chave e a intenção aqui é criar (ou fortalecer) a dimensão social por meio do engajamento e da interação entre jovens (conhecer pessoas, fazer amigos – se encontrar entre os seus) e, por fim; c) *professional-minded: material incentives* – os/as jovens nesse contexto estão em busca de auferir vantagens de ordem material como, por exemplo, oportunidades de emprego, podendo, ainda, desaguar na carreira política. Os/as jovens motivados por esse último tipo de incentivo acabam apresentando tendências mais ativas em sua atuação política no seio do partido (BRUTER; HARRISON, 2009).

Na perspectiva legal, cumpre mencionar que no Brasil, a legislação não impõe aos partidos políticos a obrigatoriedade da existência das juventudes

partidárias em suas estruturas, tampouco, o repasse financeiro obrigatório para o mencionado subgrupo¹⁵. Os partidos brasileiros gozam, conforme a legislação atual, de maior autonomia para a sua estruturação interna e criação de suas respectivas instâncias de organização e programas¹⁶. É interessante salientar que, mesmo não havendo disposição legal, por meio de busca junto aos *websites* dos partidos selecionados para essa pesquisa, verificou-se a existência de juventudes partidárias, o que, de certa forma, aponta para *consolidação de uma cultura político-partidária no país voltada à adoção de seções juvenis* (Marques, 2016, p. 104)¹⁷.

É salutar reforçar que essas organizações são importantes para os/as jovens por fazerem as vezes de escolas, colocando-os/as em contato com o cotidiano das organizações partidárias. Nesse contexto, os/as jovens acabam desenvolvendo competências políticas ao cumprirem os papéis de líderes e dirigentes ao passo em que também estabelecem vínculos com os demais membros.

Percebe-se que refletir sobre o espaço das juventudes junto aos partidos políticos é uma tarefa mais que necessária. A participação efetiva de jovens, que hoje se traduz em desafio para o sistema democrático, deve se tornar um ‘ponto de chegada’ alcançável para a sociedade brasileira, dado o seu longo histórico de indivíduos excluídos em níveis sociais e econômicos. O papel desempenhado pelas juventudes partidárias tem pleno potencial de interferir positivamente no traçado institucional do próprio partido. Entretanto, esses “frutos” mencionados estão condicionados ao grau de participação político-decisória que o partido-mãe concede às seções voltadas ao público juvenil (MARQUES, 2016).

No capítulo a seguir serão apresentados os “caminhos” metodológicos pelos quais essa pesquisa pretende seguir. A intenção é esclarecer como, onde e

¹⁵ Já países como, por exemplo, a Alemanha e Holanda contam com incentivos financeiros voltados para as alas voltadas para as juventudes (MARQUES, 2016).

¹⁶ Sobre o tema, assim aponta o art. 17, §1º da Constituição Federal de 1988: [...] é assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento [...]. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 97, de 2017).

¹⁷ Marques (2016) ao afirmar a consolidação de uma cultura política que compreende a importância da criação das juventudes partidária se ancora no fato de que, à época de sua pesquisa, todos os 35 partidos brasileiros registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contavam com a presença de alas voltadas para as juventudes em sua estrutura.

quando foram coletados os dados, bem como realizar-se-ão a devida análise e interpretação dos resultados.

POSICIONANDO O CASO BRASILEIRO

Embora essa pesquisa não tenha como objetivo principal comparar a realidade de países diferentes, faz sentido, para fins de posicionamento do Brasil frente a outros cenários, apresentar alguns dados. Para tanto, foram escolhidos três países da América Latina: Brasil (país onde o voto é obrigatório para maiores de 18 e até os 70 anos, conforme o art. 6º do Código Eleitoral – Lei nº 4.737 de 15 de julho de 1965); Argentina (país em que o voto é, assim como no Brasil, obrigatório) e; Chile (onde o voto não obrigatório desde 2012, mas que foi selecionado justamente pela expressiva participação política de jovens nos últimos anos).

Ressalta-se que a obrigatoriedade do voto pode ser compreendida como um incentivo a mais para o engajamento político dos/as jovens e isso também tem potencial de influenciar no comportamento desse mesmo grupo (confiança nos partidos, filiação ativa etc.).

Através do banco de dados da plataforma *World Values Survey* (WVS), selecionados o Brasil, Argentina e Chile, tendo como referência a onda de 2017-2020, a partir das variáveis a) confiança nos partidos políticos (código Q72 – na plataforma WVS) e b) filiação ativa/inativa: partidos políticos, foi possível enxergar os seguintes quadros:

TABELA I - Confiança nos partidos políticos

	TOTAL	País/região - Idade: até 29 anos ¹⁸		
		Argentin a	Brasil	Chile
Muita	0.4%	0.8%	0.2%	0.3%

¹⁸ Embora a presente pesquisa tenha segmentado a juventude até 35 anos (ver nota 1), considerando as possibilidades (e limitações) do WVS, utilizado para coletar os dados dessa tabela, ficou estabelecido como idade máxima 29 anos para juventude.)

Bastante	16.0%	12.7%	14.7%	23.2%
Não muito	30.3%	47.0%	21.4%	29.7%
Nenhum mesmo	50.8%	35.7%	61.6%	45.3%
Não sei	2.1%	2.7%	2.1%	1.6%
Sem resposta	0.3%	1.2%	-	-
(N)	964	270	486	208

Fonte: *World Values Survey Wave 7: 2017-2020* – amostras selecionadas: Argentina 2017, Brasil 2018, Chile 2018.

A tabela I demonstra a baixa quantidade de jovens (neste contexto, pessoas com até 29 anos de idade) que depositam muita confiança nos partidos políticos na Argentina (0.8%), Brasil (0.2%) e Chile (0.3%). Vê-se que os jovens brasileiros, se comparados aos argentinos e chilenos, confiam menos nos partidos. Do mesmo modo, o percentual de jovens brasileiros que responderam “nenhum mesmo” ao questionamento de confiança nos partidos foi superior ao da Argentina e Chile.

TABELA II – Filiação ativa/inativa: partidos políticos

	TOTAL	País/região - Idade: até 29 anos		
		Argentina	Brasil	Chile
Não membros	90.9%	92.3%	94.0%	82.0%
Membros inativos	6.3%	5.9%	1.6%	18.0%
Membros ativos	1.2%	1.8%	1.3%	-
Não sei	1.5%	-	3.1%	-
(N)	964	270	486	208

Fonte: Elaboração própria usando dados da *World Values Survey Wave 7: 2017-2020* – amostras selecionadas: Argentina 2017, Brasil 2018, Chile 2018.

Já a tabela II elucida a relação formal de jovens com partidos políticos via filiação. O Brasil, ainda dentro da onda de 2017-2020, fica à frente dos seus vizinhos latino-americanos no quesito quantidade de jovens que não são membros de partidos políticos. No que refere ao número de jovens que são membros ativos de partidos políticos, a Argentina toma a dianteira em termos de quantidade, pois conta com 1,8%.

Acerca do caso brasileiro, nota-se, da análise dos dados acima apresentados, que principalmente no quesito confiança dos nos partidos políticos os jovens brasileiros confiam menos nessas instituições. Isso provavelmente acaba por refletir na forma como esse grupo de pessoas se relacionam (ou não) com as mencionadas agremiações, que é o que interessa a essa pesquisa.

CAPÍTULO 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E FONTES

O presente capítulo apresenta, de forma detalhada, os aspectos metodológicos desta pesquisa com vistas a esclarecer as escolhas adotadas no desenho da pesquisa, as técnicas de pesquisa utilizadas, bem como apresentar os seus devidos fundamentos.

A pesquisa se insere na categoria explicativa, uma vez que, de acordo com Gil (2008), está no bojo de suas preocupações identificar os possíveis fatores determinantes ou explicações para a ocorrência (ou não) dos fenômenos aqui estudados. As pesquisas explicativas adensam ainda mais o conhecimento já produzido acerca daquela realidade, já que lançam luz para o *porquê das coisas* (Gil, 2008, p. 28). Tocante à escolha do objeto de estudo, esse trabalho estuda o caso das juventudes partidárias no Brasil, vez que foram investigados/as jovens membros de diferentes partidos e de diferentes localidades do Brasil. Essa diversidade de entrevistados/as, inclusive, contribui para um amplo entendimento desse fenômeno sob diferentes aspectos, o que corresponde a potenciais características decorrentes da participação de jovens ligados a partidos de diferentes espectros.

COLETA DE DADOS

Em primeiro lugar é oportuno esclarecer que essa pesquisa teve como norte para o seu enquadramento a *grounded theory* ou teoria fundamentada em dados. Glaser (1978) explica que a *grounded theory* tem como pressuposto a pesquisa indutiva e o processo de produção de conhecimento ao mesmo tempo em que realiza a pesquisa. A *grounded theory* é uma alternativa metodológica inovadora e tem como base três tradições: a) Clássica – Glaser (1978); b) Procedimentos sistemáticos – Strauss e Corbin (1994); c) Social Construtivista – Charmaz (2009) (KENNY; FOURIE, 2015). Assim, o presente trabalho foi inspirado

na abordagem grounded theory em sua vertente social construtivista de Charmaz (2009).

Nas palavras de Charmaz (2014, p. 32), a *grounded theory methods consist of systematic, yet flexible guidelines for collecting and analyzing qualitative data to construct theories from data themselves*. Essa alternativa se diferencia do método hipotético-dedutivo: a primeira, abarca a construção teórica em si com o intuito de compreender e explicar determinada realidade subjetiva, e o ponto de partida é a interpretação do/a pesquisador/a, bem como dos/as participantes da pesquisa; já o segundo, inicia com hipóteses e busca sua confirmação ou não. A teoria fundamentada em dados, definida por seu caráter qualitativo e descritivo, foca na interpretação dos dados colhidos com os mais variados sujeitos envolvidos conjugados com a observação e análise dos documentos pertinentes à pesquisa.

Um elemento importante da *grounded theory* – na perspectiva social construtivista – é que ela adota a lógica abdutiva para o desenvolvimento das ideias. Assim, os dados são o ponto de partida para o raciocínio que se inicia neles mesmos, de modo que a sua análise fundamenta a criação de códigos e categorias em um processo compreendido como processo iterativo. Esse caminho foi percorrido até que tenha sido alcançada uma explicação (interpretação) aceitável dos resultados foco da observação (CHARMAZ, 2014). Deste modo, essa pesquisa se valeu dos dados coletados nas entrevistas realizadas para, com isso, construir teoria fundamentada em dados, conforme ensina Charmaz (2009).

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas (fonte primária) com integrantes das juventudes partidárias e pesquisa documental (fonte secundária). A entrevista pode ser caracterizada como o uso da conversação profissional em uma relação de contato entre o/a entrevistador/a e o/a entrevistado/a visando obter informações acerca do assunto ou problema escolhido. *Esse é um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social* (MARCONI e LAKATOS, 2003, p. 195).

Para esta pesquisa, o uso de entrevistas semiestruturadas como fonte de levantamento de dados foi vantajoso por vários motivos que serão agora explicitados. Segundo Mosley (2013), esse método é basilar para compreender fenômenos políticos, bem como viabiliza uma maior interação entre o/a

entrevistador/a e a pessoa entrevistada. Conforme Boni e Quaresma (2005), a mencionada “troca” entre os/as envolvidos/as na entrevista possibilita, de forma mais orgânica, adentrar em assuntos mais complexos e possivelmente relevantes para a pesquisa.

As entrevistas são capazes de fornecer tanto dados objetivos como subjetivos (BONI E QUARESMA, 2005). Cabe apontar ainda que, no contexto de estudos que versam sobre organizações partidárias, mais precisamente a sua dinâmica interna, a aplicação de entrevistas propicia a devida aproximação da lógica de organização partidária (MACHADO, 2016). No contexto dessa pesquisa, sublinha-se, o uso das entrevistas é válido, também, por ser o método qualitativo mais apropriado para a abordagem *grounded theory*.

A entrevista semiestruturada tem um caráter mais flexível quanto ao tempo de duração e estrutura das perguntas, o que possibilita maior aprofundamento em certos assuntos.

Desse modo, estes tipos de entrevista colaboram muito na investigação dos aspectos afetivos e valorativos dos informantes que determinam significados pessoais de suas atitudes e comportamentos. As respostas espontâneas dos entrevistados e a maior liberdade que estes têm podem fazer surgir questões inesperadas ao entrevistador que poderão ser de grande utilidade em sua pesquisa (BONI E QUARESMA, 2005, p. 75).

A realização das entrevistas no caso desta dissertação partiu das perguntas norteadoras desta pesquisa, quais sejam: *Como se posicionam as juventudes dentro da estrutura das organizações partidárias? Qual seu papel no processo de renovação de quadros partidários e da política institucional? Como ocorre o processo de construção institucional dos órgãos de juventude nos partidos e as possíveis divergências e/ou convergências entre os regramentos dos estatutos e a prática?* A partir desses questionamentos, foi redigido um instrumento de coleta de dados na forma de roteiro semiestruturado composto pela identificação da pessoa entrevistada seguida de 11 questões semiabertas.

Quanto à condução das entrevistas: a) foram entrevistadas 16 lideranças jovens com idade entre 18 e 34 anos DEM, PP, PSDB, MDB, PT e PCdoB, todas no primeiro trimestre de 2022; b) as entrevistas foram desenvolvidas a partir do roteiro já mencionado, permitindo maior aprofundamento na temática, bem como nas vivências do sujeito entrevistado; c) as entrevistas foram realizadas

remotamente¹⁹ por videoconferência e tiveram duração média de 40 minutos, conforme consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido/Termo de Assentimento Livre e Esclarecido²⁰; d) a data e o horário de realização foram oportunamente acertadas com os sujeitos entrevistados e; e) a depender da autorização dos/as entrevistados/as, as entrevistas foram gravadas, com o devido respeito aos princípios éticos regentes das pesquisas com seres humanos.

Para a composição do acervo informacional desta pesquisa também foram coletados dados indiretos via pesquisa documental – neste caso, documentos partidários (estatutos e regimentos internos e informações disponíveis nos *websites* oficiais). Gil (2008) afirma que a pesquisa documental se assemelha à pesquisa bibliográfica, mas a grande diferença reside no fato de que a primeira precisará necessariamente passar por tratamento analítico a ser modelado a partir da pesquisa.

Tendo em vista que esse estudo se debruça sobre as juventudes partidárias, a delimitação do material empírico foram os dispositivos estatutários que disciplinam sobre setores de juventude (a ala jovem dos partidos). Com o intuito de compreender melhor sobre as juventudes partidárias, foram realizadas buscas nos *websites* oficiais dos partidos selecionados para verificar se há em suas estruturas internas espaços voltados para esse segmento. Os interesses analíticos aqui foram: verificar a (in)existência de regulamentação formal da organização; estruturação; e o funcionamento de organizações juvenis no seio dos partidos; comparar o regramento partidário formal e as informações coletadas durante as entrevistas.

¹⁹ As entrevistas foram realizadas remotamente para garantir a segurança tanto do pesquisador como das lideranças entrevistadas, diante do aumento no número de casos de contaminação por covid-19 à época da coleta de dados.

²⁰ A presente pesquisa foi devidamente submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Goiás (CEP-UFG), sob o Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) de nº 44911921.2.0000.5083, tendo como intuito a sua respectiva apreciação e aprovação para que, assim, as entrevistas sejam realizadas. A aprovação da pesquisa pelo CEP se deu na data de 05 de maio de 2021, conforme consta no Parecer Consubstanciado nº 4.694.025. Em atendimento aos ditames éticos da pesquisa, foram utilizados Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e, se for necessário, Termos de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) para garantir que os/as entrevistados/as tivessem total entendimento sobre esta pesquisa e a relevância de sua participação.

ANÁLISE DOS DADOS

Consoante Marconi e Lakatos (1996), esse momento da pesquisa é crucial, visto que é por meio da análise dos dados coletados que será possível ter acesso aos resultados e consequente conclusão – parcial ou final. Finalizada a coleta dos dados, estes foram submetidos a um processo de elaboração e classificação (seleção, codificação, tabulação), o que antecede a análise e interpretação (MARCONI e LAKATOS, 1996). Essa pesquisa contou com o processamento dos dados qualitativos coletados feito a partir do conjunto de instrumentos de codificação e interpretação próprios da *grounded theory*, conforme já mencionado.

Mais especificamente sobre as entrevistas semiestruturadas, estas foram devidamente transcritas e, assim, formam parte do acervo de dados empíricos desta pesquisa. Uma vez transcritas, esse acervo foi codificado e categorizado para realizar a manipulação dos dados (MARCONI e LAKATOS, 1996).

Para analisar e interpretar o acervo de dados oriundos das transcrições das entrevistas foram utilizadas as codificações próprias da abordagem preconizada pela *grounded theory*. Já para os documentos partidários se recorreu a análise de conteúdo – grupo de técnicas oriundas da Comunicação que auxiliam na compreensão de mensagens e, com isso, possibilitam a apreensão, em profundidade, do conteúdo analisado. É possível dizer que esse mecanismo de análise lança luz a aspectos da mensagem estudada e que inicialmente podem estar em segundo plano (BARDIN, 2016).

Ao todo foram entrevistadas 16 lideranças jovens com idade entre 18 e 34 anos, conforme o quadro acima. Dentre eles/elas nove se identificaram com o sexo masculino e 7 do sexo feminino, o que, inclusive, foi uma preocupação do presente estudo: buscar equilibrar, em termos de gênero, entre os/as entrevistado/as visando a diversidade.

Inicialmente não estava posto como obrigatório que o desenho da pesquisa contemplasse uma diversidade geográfica quando na coleta de dados, especificamente no que diz respeito às entrevistas. Entretanto, como a proposta

era investigar o fenômeno das juventudes partidárias ao nível nacional, ter no arsenal deste trabalho dados referentes a jovens de Goiás (centro-oeste), São Paulo e Rio de Janeiro (sudeste), Rio Grande do Sul e Santa Catarina (sul), propiciou uma maior profundidade à compreensão que aqui se queria fazer. Pode-se dizer, dessa forma, que o estudo conta uma dispersão regional de pessoas entrevistadas, o que resulta em representatividade das juventudes partidárias a nível Brasil.

Quando da realização das entrevistas, a intenção da pesquisa era, entre outras coisas, conhecer em profundidade as narrativas que os jovens apresentariam sobre os partidos, bem como compreender como viam a participação da juventude na constituição da organização.

É interessante apontar que muitos dos contatos com os/as jovens entrevistados/as se deu da seguinte forma: ao final das primeiras entrevistas era solicitada a indicação de outra pessoa integrante da juventude partidária das organizações selecionadas para essa pesquisa e, com isso, foi possível uma maior inserção do pesquisador no *lócus* das diversas agremiações partidárias. Essa comunicação entre os/as entrevistados/as foi positiva porque quebrava, de certa forma, o receio que alguns tinham de serem entrevistados/as para tratar de assuntos de ordem política.

Os contatos com os/as jovens foram feitos em sua maioria por meios de aplicativos de mensagens e/ou rede social, especificamente, *WhatsApp*²¹ e *Instagram*²². O roteiro de entrevistas elaborado visou, por meio de questionamentos abertos, extrair o maior número possível de dados para entendimento de perguntas norteadoras, as quais já foram expostas no capítulo dois desta dissertação.

As entrevistas foram realizadas no primeiro trimestre do ano de 2022 por meio de videoconferência na plataforma Google Meet, com duração média de 55 minutos. O formato remoto apresentou muitos benefícios: a) foi possível garantir a segurança tanto do pesquisador como das pessoas entrevistadas evitando o contato físico em razão da pandemia de Covid 19; b) não houve custo de

²¹ Aplicativo para smartphones usado para, entre outras coisas, envio de mensagens instantâneas, chamadas de voz.

²² Uma das várias redes sociais disponíveis hoje no mercado em que os usuários compartilham fotos e vídeos. Também pode ser utilizada para comunicação privada (via *direct*) entre usuários.

deslocamento por parte do pesquisador e entrevistados; c) facilitou o contato com jovens de outros estados.

Deste modo, as pessoas selecionadas para entrevista foram contatadas e, caso aceitassem, eram feitas explicações pormenorizadas sobre a pesquisa e suas especificidades (objetivos geral e específicos, justificativa, possíveis ganhos teóricos, etc.). Em seguida, era enviado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), via WhatsApp ou e-mail, para leitura cuidadosa, assinatura e retorno para o pesquisador. Somente após esses procedimentos as entrevistas foram agendadas e realizadas,

No tocante à condução das entrevistas, alguns pontos merecem destaque. O uso de entrevistas com roteiro semiestruturado foi de grande valia para esta pesquisa no contexto de sua modelagem porque foi possível, por exemplo, que o pesquisador formulasse outras perguntas durante a entrevistas ou até mesmo pedir maior detalhamento sobre pontos que não tinham sido bem explanados. Do mesmo modo, também foi possível que os próprios entrevistados se sentissem mais livres – como em uma conversa informal – tratassem de pontos não contidos no roteiro, mas que poderiam contribuir para a apreensão do fenômeno analisado de forma mais densa e detalhada.

Vale ressaltar a importância da utilização da abordagem *grounded theory* na investigação proposta por essa pois pesquisa, pois, assim, foi possível: a) analisar em profundidade fenômenos ainda não trabalhados pela literatura corrente como, *e.g.*, a formalidade/informalidade pode ser positiva ou negativa a depender do contexto; b) levantou a obrigatoriedade da elaboração de hipóteses, permitindo que fossem formuladas perguntas norteadoras, mas, principalmente, tornou colocou o campo de pesquisa (nesse caso as entrevistas com as juventudes partidárias) no protagonismo da presente investigação.

Em linhas gerais, a *grounded theory* visa, entre outras coisas, a formulação de teoria por meio do trabalho de campo onde a pessoa entrevistada ocupa um papel ativo no processo. Como já esclarecido em momento oportuno, essa pesquisa é qualitativa e, por isso, buscou-se aqui estressar o máximo possível – no sentido de tirar o melhor – os dados coletados para, assim, esmiuçar e amplificar o potencial informativo deles. Para os objetivos geral e específicos deste trabalho, a pesquisa qualitativa e suas ferramentas próprias de investigação foi uma

escolha metodológica determinante para a profundidade da análise aqui formulada, como foi possível notar a partir dos resultados e discussões.

No momento da realização das entrevistas, o Democratas (DEM) ainda não havia finalizado o processo de fusão com o Partido Social Liberal (PSL) para se formar o União Brasil. Assim, a seleção dos entrevistados A e B fez sentido para essa pesquisa, até porque a investigação aqui proposta focava nas experiências partidárias passadas dos jovens, logo, a extinção do DEM não impactou a coleta de dados deste estudo²³.

²³ Ver nota de rodapé 4.

CAPÍTULO 3: RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esse capítulo visa apresentar os resultados provenientes dos esforços teóricos deste trabalho. A pesquisa, como já dito, foi orientada por perguntas norteadoras e pelos seus objetivos geral e específicos, conforme consta na introdução.

Tendo como ponto de partida os temas assumidos por essa pesquisa, desde já pode-se apontar que os dados coletados forneceram insumos para explicar como as juventudes partidárias se posicionam nas organizações partidárias as quais integram, formalidade/informalidade, como enxergam o processo de renovação, motivação de filiação. Esses são os temas a serem explorados nas próximas seções.

QUADRO 1 – Jovens entrevistados/as por gênero/sexo e unidade da federação

Partido	Jovem	Gênero/Sexo	Estado
Democratas (DEM) ²⁴	A	Homem	Rio de Janeiro
	B	Mulher	Goiás
Partido Progressista (PP)	C	Mulher	Goiás
	D	Homem	Santa Catarina
Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)	E	Mulher	São Paulo
	F	Homem	São Paulo
	G	Mulher	São Paulo
Movimento Democrático Brasileiro (MDB)	H	Mulher	Rio Grande do Sul
	I	Homem	Rio Grande do Sul
	J	Homem	Rio Grande do Sul
Partido dos Trabalhadores (PT)	K	Mulher	Goiás
	L	Homem	Goiás

²⁴ Esse partido político se fundiu com o PSL resultando no União Brasil (ver nota 04).

	M	Homem	Rio de Janeiro
	N	Homem	Goiás
Partido Comunista do Brasil (PCdoB)	O	Homem	Goiás
	P	Mulher	Goiás

Fonte: Elaboração própria

Como já apresentado, mas vale repetir, esta pesquisa teve os seguintes objetivos: a) mapear, dentro das organizações partidárias selecionadas, diferenças e/ou semelhanças no processo de recrutamento de juventudes: inserção político-partidária e ascensão de lideranças; b) esclarecer quais incentivos motivam o engajamento de jovens nas agremiações partidárias; c) identificar quais as frentes de atuação das juventudes partidárias (formação de quadros, formação política, seleção de candidato etc.) e sua função no partido; d) investigar a formalidade e a informalidade no processo de institucionalização das juventudes nos partidos.

Os objetivos apresentados se conectam aos eixos analíticos resultantes da coleta de dados. O eixo renovação está vinculado aos objetivos “a” e “c”, pois eles visavam, cada um à sua medida, compreender em profundidade o processo de renovação dentro dos partidos e suas especificidades. Motivação para filiação está conectado ao objetivo “b”, posto que ele visou investigar quais eram os incentivos dos/as jovens para ingressar na vida partidária. Já formalidade/informalidade se liga ao objetivo “d”, onde a intenção era investigar como esse aspecto se relaciona com a institucionalidade do partido. Com isso, fica evidenciado que os dados coletados se traduzem nos eixos que guiaram a investigação e discussão dos resultados.

FORMALIDADE E INFORMALIDADE

Estudos voltados para a formalidade e informalidade em partidos políticos são, ainda, escassos, mas existem e, em diferentes medidas, ajudam a compreender esse fenômeno e como os mesmos ocorrem no interior dos partidos.

As alas jovens dos partidos políticos fazem parte da estrutura desses, mas com as suas próprias especificidades. As juventudes partidárias atuam, com objetivos específicos, em atividades internas ou externas ao partido, conforme as regras formais e informais dele. Há, basicamente, três níveis de atuação das juventudes: a) aspectos formais; b) funções intrapartidárias dos/as jovens; c) atividades exercidas extra partido político (SARTORI,1980).

Nesse momento interessa apenas o nível “a” que diz respeito à *formalidade*. Esta contempla a constituição legal e seus desdobramentos, por exemplo, estatutos internos para regular a atuação dos/as jovens, assim como organizar a estrutura em si. Uma das dimensões analisadas no decorrer desta pesquisa foi justamente a existência de regramentos partidários voltados para as juventudes e como eles eram cumpridos – ou se eram realmente cumpridos.

Espera-se, normalmente, que a formalidade esteja associada a algo positivo no interior dos partidos porque ela gera a expectativa do bom funcionamento da organização. De outro modo, a informalidade poderia ser compreendida como um problema em certos casos por conta da ausência de regramento escrito – o que acaba conferindo segurança jurídica. O binômio formalidade/informalidade, inclusive, é um dos elementos presentes na atuação das juventudes partidárias, conforme Sartori (1980).

Entretanto, o que os dados dessa pesquisa evidenciaram é que o mesmo binômio assume conotações diversas das esperadas (formal é positivo; informal é negativo) a depender do contexto e tema em discussão. Se o cenário requer mais flexibilidade, maleabilidade, a formalidade da regra escrita pode acabar sendo vista como negativa e a informalidade como positiva. Já diante do assunto financiamento a informalidade – ausência de normas escritas sobre o percentual que será destinado às juventudes, por exemplo – é compreendida como maléfica pelas lideranças.

Foi possível constatar que há sim regras formais para guiar a atuação das juventudes ao mesmo tempo em que algumas das lideranças teceram algumas críticas quanto aos moldes desatualizados de seus estatutos.

aprovamos um estatuto novo, com novas regras, com regras mais claras, mais simples e mais realistas porque às vezes o estatuto tem regras sobre o dia a dia da juventude, não sobre a formação das diretorias, a organização interna, mas sobre o cotidiano que são regras que são impossíveis de aplicar. Por exemplo, o tesoureiro da juventude será o

gestor dos recursos da Juventude, na Juventude Nacional faz sentido, mas na Juventude de uma cidade do interior de Pernambuco, essa juventude não tem próprio então qual é a função desse tesoureiro se ele não tem tesouro para gerir? Então, essas coisas que acabam na prática não tendo efeito concreto a gente foi meio que corrigindo esses pontos levando em conta a realidade, levando em conta o cotidiano (Jovem A, do DEM-RJ).

No que se refere ao ponto que trata dos eixos formalidade e informalidade, foi detectado um caráter quase ambivalente nas respostas do/as entrevistados/as. A formalidade é importante porque por meio desta era possível garantir o cumprimento de obrigações do partido-mãe para com a ala jovem como, *e.g.*, o repasse de recursos financeiros. Tem-se, de outro modo, a informalidade que também pode ser positiva por se adequar com mais facilidade aos diferentes desafios que os/as jovens vinculados/as aos partidos podem enfrentar em suas lidas diárias dentro do partido.

Entretanto, a formalidade pode acabar se tornando um empecilho para o dinamismo que é próprio do cotidiano partidário, no qual vários atores diferentes interagem entre si com as diversas mudanças de conjuntura tanto a nível municipal, como estadual e nacional. Em um cenário em que jovens não simpatizam tanto com os partidos políticos, o excesso de formalidade pode ser mais um impeditivo para a aproximação desse segmento das organizações. Em outro cenário possível, a formalidade é uma garantia para as juventudes de que o partido-mãe cumprirá com sua obrigação fornecendo o suporte financeiro necessário ao funcionamento dos órgãos das juventudes partidárias e o financiamento de candidaturas de pessoas jovens.

Seguimos o regimento na parte de eleição e demais situações que venham a ocorrer para definições do grupo. Fora isso seguimos mais a questão do dia a dia, para definir alguns rumos ou planos que venham a surgir no grupo (Jovem D, do PP-SC).

Já a informalidade, essa pode, também, ser positiva para que os jovens não se sintam “presos” a um processo que entendam como muito burocrático, engessado e tenham mais liberdade para o que muitos nomearam de construção política que, invariavelmente, se dá no dia a dia. Essa mesma informalidade pode ser negativa (um empecilho) quando tema é financiamento tanto das juventudes partidárias como um todo, como em casos específicos de candidaturas de jovens.

muitas das resoluções que a gente conquista em congresso não são cumpridas depois pela direção executiva, sobretudo quando se trata de questões de financiamento – especialmente financiamento, isso é muito,

muito, muito difícil. Por exemplo, a Juventude do PT conquistou o direito de apresentar – está no estatuto, art. 93 – de apresentar um plano orçamentário anual, esse plano orçamentário anual nunca foi cumprido, depois que o financiamento passou a ser exclusivamente público muito menos ainda (Jovem M, do PT-RJ).

Assim, a formalidade e a informalidade são avaliadas como negativa ou positiva a depender do contexto da análise. A conotação que as categorias formalidade e informalidade é relativa, ou seja, pode ser positiva em determinada situação e negativa em outra. O binômio formalidade/informalidade, como já dito, apresentou um caráter ambivalente: a formalidade pode ser tanto benéfica como maléfica e o mesmo se aplica à informalidade, o que influencia é o contexto do qual se analisa.

A questão da informalidade ser um problema no quesito garantia de direitos pode ser explicada pela literatura. Os atores e seus objetivos dentro do partido são diretamente afetados pela fragilidade das garantias formais que tende a gerar nos primeiros sensações de insegurança e incerteza. Como consequência disso, haverá tendência de diminuição dos recursos normalmente aplicados pelos atores (exemplo, tempo, dinheiro etc.) como ferramenta para o alcance de suas metas na organização partidária (Harmel e Janda, 1994; Aldrich, 2011). Deste modo, foi enfrentado o objetivo específico *investigar a formalidade e a informalidade no processo de institucionalização das juventudes nos partidos*.

MOTIVAÇÃO PARA INGRESSO DA VIDA PARTIDÁRIA

Compreender como os/as jovens chegaram até as agremiações partidárias é uma das pretensões essenciais desta pesquisa. Complementarmente a isso é, também, necessário averiguar não somente o *como*, mas também o *porquê* (o que motivou esses indivíduos a escolherem o engajamento partidário). Nesse momento será delineado o caminho percorrido entre o ponto A e o ponto B: A refere-se ao estágio anterior ao ingresso e B ao momento do ingresso na vida partidária.

O debate sobre os incentivos – como já abordado em momento anterior deste trabalho – é levantado por vários/as estudiosos/as entre eles/as Bruter e Harrison (2009) que afirmam a existência de três fatores que atuam como catalisadores desse processo sendo responsáveis predominantemente para aproximação com os partidos políticos. A mencionada tipologia tem três dimensões, quais sejam: a) *moral-minders: purposive incentives*; b) *social-minders: solidary incentives* e; c) *professional-minded: material incentives*.

A dimensão *moral-minders: purposive incentives* tem um apelo moral e tem a ver com os jovens com maior conexão com a face ideológica do partido, vem nesse um papel de agente transformador da realidade – pessoas posicionadas nessa visão têm tendência à radicalização e buscam sentido para suas vidas a partir da atuação política. O *social-minders: solidary incentives* tem como foco a solidariedade e visa os laços sociais construídos com outras pessoas dentro das organizações partidárias – o sujeito busca se vincular aos seus semelhantes no partido. Já a *professional-minded: material incentives* pressupõe que jovens ingressam nos partidos com o objetivo de que sua atuação influencie sua carreira profissional, seja conseguindo oportunidade de trabalho em uma empresa, seja plantando sementinhas para cargos políticos futuros (BRUTER; HARRISON, 2009).

A tipologia formulada por Bruter e Harrison (2009) lança luz no aspecto da motivação para ingresso em partidos políticos das lideranças entrevistadas nesta pesquisa. A partir dos dados apresentados acima, nota-se que os/as jovens lideranças foram movidas principalmente pelo *moral-minders: purposive incentives*; *social-minders: solidary incentives* na hora de se engajarem em partidos políticos. Isso se verifica nos momentos em que as diferentes lideranças apontaram que o seu ingresso no partido se deu, também, em função do *match* que elas deram com o posicionamento político ideológico da agremiação.

O partido chegou até mim e batia com as minhas ideologias e da minha família, aí eu entrei e me apaixonei pela política eu estou aí agora quase há 6 anos 7 anos (Jovem B, do DEM-GO).

Meu pai havia se filiado meses antes e me tornei amiga dos jovens que participavam (Jovem G, do PSDB-SP).

Outro ponto interessante é que, como será trabalhado mais a frente, a possibilidade de conexão de com outras pessoas (*social-minders: solidary*

incentives) acaba se tornando uma isca usada pelas lideranças para atrair outros/as jovens.

O Jovem A, do DEM-RJ relatou o seguinte:

Quando eu estava no meu 2º semestre de faculdade, o meu pai comprou uma revista Veja, que tinha uma entrevista com o Cesar Maia, ainda prefeito do Rio, isso era 2007, era o penúltimo ano como prefeito e eu lendo essa entrevista do Cesar Maia, eu vi que ele gostava de trabalhar com jovens próximos a ele e eu vi que ele dizia que respondia os e-mails dele pessoalmente. Eu então resolvi testar, mandei um e-mail para ele dizendo que eu era fã dele, que eu gostava de política e que achava que ele fazia um bom trabalho e, para minha surpresa, ele não só respondeu o e-mail como me convidou para almoçar com ele na Prefeitura do Rio. E aí eu fiquei muito honrado, comprei até roupa para almoçar com ele na prefeitura e nesse almoço ele me convidou para entrar pra Juventude do Democratas [...] Cesar Maia me convida – primeiro por conta da admiração que eu sentia por ele, pela figura dele como liderança e segundo por ser um partido que tinha uma ala liberal muito grande e que eu me identificava com essa defesa que essa ala fazia – eu resolvi aceitar o convite e entrei pra Juventude do Democratas. (Jovem A, DEM-RJ).

E quando eu me filiei ao Partido Progressista, através do convite do nosso presidente estadual [Goiás], Alexandre Baldy, foi justamente por saber que ele é um líder jovem, um presidente de partido que é jovem e ao mesmo tempo uma pessoa com a mente também muito flexível, muito aberta às novas ideias. Então acho que o ponto crucial e fundamental para escolher a legenda – porque assim eu escolhi por esses motivos e também mais por ter uma proximidade de já conhecer ele [o PP] algum tempo (Jovem C, do PP-GO)

Ao interpretar essas falas à luz do constructo teórico da pesquisa, pode-se verificar que os jovens foram estimulados, incentivados a ingressar na vida partidária ao ser convidado por uma pessoa pública admirada por eles. Bruter e Harrison (2009), apontam justamente como a família, amigos/colegas e questões para além da própria racionalidade como a admiração podem intervir na hora de ingressar na vida partidária.

A família também teve um grande impacto para a decisão dos/as jovens em ingressar na vida partidária. Isto é, processos como a socialização tanto familiar como escolar (e demais formas possíveis) têm influência no que se refere à disposição para o engajamento. Notou-se que os pais tiveram grande influência no engajamento desses jovens em partidos políticos. É o caso, por exemplo, da liderança abaixo:

[...] meu pai foi um dos fundadores do PT em Luziânia-GO, e eu fui uma criança petista – diz que tem coisa pior que o petista é o filho de petista, e esse é o meu caso – eu cresci meio que com o PT dentro de casa [...]. Meu pai foi candidato a vereador duas vezes aqui em Luziânia, então eu cresci disputando o PT, porque o PT é um partido que tem inúmeras e grandes disputas internas, e também cresci disputando o partido na

cidade (tinha dois grupos disputando o partido em si) e também cresci disputando eleição: fazendo campanha para o meu pai, tanto para dentro do partido, como fazendo chapa ele ser eleito vereador (Jovem K, PT-GO).

Analisando o relato do jovem K, uma liderança relevante do Partido dos Trabalhadores (PT), verifica-se que para ele, até mesmo por conta do contato de longa data com a vida partidária, a mobilização dentro do partido político foi como um processo natural, sem muitos embargos. Segundo o seu próprio relato, ele participava de atividades partidárias desde criança por influência dos pais.

Do mesmo modo, nota-se aqui que o Jovem O, do PCdoB-GO, cresceu em um lar onde havia familiares envolvidos diretamente com atividades partidárias

[...] a minha mãe foi candidata a vereadora em Goiânia em 2004 na chapa do PTB que foi a chapa do Darci Accorsi quando ele disputou contra o Pedro Wilson (PT). O Darci Accorsi sai do PT pra conseguir disputar. E tem PT contra o PTB 2º turno. Aqui casa meus avós, minha mãe, todos contribuindo com a eleição do Darci, que já era um amigo da família próximo. Aí a minha mãe foi candidata e conseguiu mais 2.300 votos nessa eleição ficando primeira-suplente de vereadora [...] (Jovem O, PCdoB-GO).

Um outro jovem do PT-GO relatou com bastante intensidade como seus familiares lhes serviram de modelo para a formatação da sua vida política institucional:

[...] desde muito pequeno eu tive contato com a política... no interior, em Arraias-GO [...]. Minha tia-avó [...] foi (foi não, é) uma das referências e uma das primeiras lideranças, se não a primeira, que eu tive contato próximo. Ela é uma mulher negra, pobre e desde que eu me entendi por gente ela já era vereadora na cidade e ela era minha vizinha, a gente morava do lado. E naquela época, antigamente, na década de 90 ela já era vereadora, antes de eu nascer ela já era vereadora e eu cresci ouvindo as histórias dela sobre como ser vereadora em uma cidade pequena de coronéis sendo mulher, pobre e negra (Jovem N, do PT-GO).

O jovem N, do PT-GO, deixa bem evidente como um familiar próximo a ele foi importante enquanto uma referência de liderança feminina dentro de um cenário em que, em seus relatos, isso parecia quase uma subversão da ordem estabelecida. Esses achados corroboram as conclusões de Cross e Young (2008) de que a família exerce influência na socialização política dos sujeitos. Há também convergência com Bruter e Harrison (2009) e Locatelli (2017) que verificaram, os primeiros na Europa e o segundo em São Paulo, em seus estudos a presença considerável de respondentes cujos familiares atuaram, em algum nível, na política partidária.

No relato abaixo é possível notar uma jovem que não teve os pais diretamente ligados ao cenário político institucional, mas que a candidatura do pai foi, sim, um pivô para sua decisão de ingressar na vida partidária.

Meu pai saiu candidato na eleição de 2016, quando a gente se filiou, mas meu pai de verdade não gosta da política, então ele não entrou. Eu que comecei a me movimentar lá em Aparecida de Goiânia, como eu te falei que conheci o Bruno Kazuhiro em Brasília, de Brasília fui para Salvador e eu comecei a participar de movimentos fora do estado (não interno) onde eu conheci, na época senador, hoje o governador de Goiás (Ronaldo Caiado) aí eu comecei a trabalhar com ele no Senado (Jovem B, DEM-GO).

Deste modo, cada um à sua medida, nota-se que os pais desses jovens exerceram um papel relevante em seu processo de formação política – seja por meio de narrações diversas ou até mesmo por conta de suas atuações (mesmo que por pouco tempo, como é o caso do pai da Jovem B, DEM-GO) dentro de partidos políticos. Ou até mesmo trabalhando em campanhas: *a minha família sempre foi muito ligada ao PSDB, sempre em campanha. Minha mãe era aquelas moças que ficava com a bandeira assim, sabe? Minha tia trabalhava com campanha política* (Jovem E, PSDB-SP).

Outro vetor promotor da transmissão de vínculos partidários são as diversas formas de recrutamento e envolvimento em Organizações Não Governamentais (ONGs), movimento estudantil, igreja, movimentos sociais etc. Aqueles/as que tiveram suas trajetórias permeadas por espaços como esses, normalmente, ficam mais propensos ao desenvolvimento de recursos e habilidades que os tornam permeáveis à possibilidade de participação política em partidos. Entra a figura de recrutadores que, cientes (ou não) dessa permeabilidade, ficam atentos às pessoas que possam apresentar características desejáveis para atuação partidária.

Um achado importante dessa pesquisa foi desvelar, por meio das entrevistas, a relevância que as instâncias municipais desempenham no processo de renovação dos quadros do partido como, por exemplo, prefeitos, vereadores, secretários municipais. Em outras palavras, à medida que as entrevistas avançavam, foi apontado o destaque da arena municipal frente às possibilidades de renovação dos partidos. Isso evidencia, assim, que há um entrelaçamento entre as juventudes partidárias e a arena política local. Foi recorrentemente detectado nos discursos de diversos jovens, de diferentes localidades, o entendimento de que

as disputas que se dão no cenário local como parte integrante do processo de renovação.

A evidência em questão, vale dizer, foi espontânea, ou seja, o próprio campo, via entrevistados/as, sem que fosse formuladas perguntas nesse sentido, trouxe, o que reforça ainda mais importância da pesquisa qualitativa a partir da abordagem *grounded theory* para a compreensão em profundidade dos fenômenos investigados. Assim, o uso de entrevistas semiestruturadas como ferramenta para coleta de dados se mostrou eficaz no cumprimento de sua proposta precípua: conferir maior maleabilidade tanto para o entrevistador (pesquisador) quanto para o/a entrevistado/a para tratar dos assuntos pertinentes direta e indiretamente à pesquisa, conforme já mencionado.

Feitas essas explanações, pode-se afirmar que a presente pesquisa avança na concretização do objetivo específico que visava esclarecer quais incentivos motivam o engajamento de jovens nas agremiações partidárias.

RENOVAÇÃO

Referente ao processo de renovação dos partidos promovida pelas juventudes partidárias, pode-se dizer que há nesses espaços grande potencial para atração de novos membros para a organização, o que, conseqüentemente, resulta no aumento do acervo de possibilidades de sucessores para as lideranças atuais.

As lideranças jovens entrevistadas, em linhas gerais, afirmaram que, em alguma medida, é importante e necessária a presença desse segmento desde a constituição do partido político, passando pela organização até a direção (municipal, estadual e nacional). Do mesmo modo, foi constatado em algumas falas como a presença de jovens em cargos em decisão intrapartidária é fruto de luta e articulação deles próprios, o que faz coro com as análises feitas por Caliari (2009).

As disputas internas, ainda dentro da renovação, apareceram nas entrevistas também como um termômetro próprio para os/as jovens identificarem a força (ou não) que a organização jovem tem dentro dos partidos. Também foi possível notar, em alguns casos, como alguns entrevistados se mostraram

alinhados aos interesses das lideranças partidárias já estabelecidas, o que, nesses casos, os colocou menos propensos a embates intrapartidários.

Esse achado confirma, por exemplo, com algumas discussões da literatura especializada em partidos políticos. Por exemplo, conforme Wilhelm Hofmeister (2021) as juventudes partidárias enquanto organização costumam assumir posições consideradas ideologicamente “puras”, o que tem potencial para gerar conflitos entre grupos de jovens e grupos de pessoas com mais idade.

A legitimação da importância da juventude partidária dentro do partido político é um ponto necessário de discussão. A depender do grau de legitimação – e até de valorização – conferida pelo partido como um todo, as juventudes partidárias não estão de forma alguma livre de servirem como uma mera massa de pessoas para trabalhar em eleições²⁵ ou dar robustez em termos de quantidade para manifestações (CALIARI, 2009).

Ao avaliar o cenário das juventudes a nível nacional, as lideranças abaixo alegam:

Eu acho que depende muito de partido para partido. Existem partidos brasileiros, normalmente os partidos que são legendas de aluguel, legendas que não representam ideologicamente nada, eu acho que essas legendas – sendo muito franco com você – têm juventudes que são de mentirinha, essas juventudes não representam nada, normalmente os presidentes nacionais são os filhos, os netos dos presidentes do partido (Jovem A, do DEM-RJ).

Então pra conseguir acompanhar essa tendência, tu precisas ter novas lideranças, tu precisa ter jovens, pessoas com a cabeça fresca conectada e por mais que a gente também saiba que daqui a pouco tu vai ter um cara aí com 50-60 anos que tem uma cabeça dinâmica, mas não é a regra. A gente respeita isso e tal e precisa disso, mas a gente precisa urgentemente que os jovens ocupem espaço (Jovem I, MDB-RS).

Quanto mais jovens estão dentro dos espaços de liderança, mais grandes líderes nós vamos ter no futuro. Infelizmente o Lula não é eterno, nossos dirigentes não são eternos, nossos grandes nomes e nós precisamos fortalecer pra que o PT continue tendo grandes líderes, continue tendo grandes nomes e pra isso é fortalecer formando e fazendo com que a juventude ocupe os espaços de poder dentro e fora do partido (Jovem K, PT-GO).

²⁵ Para reforçar a relevância das juventudes partidárias, Hofmeister (2021) formula que: *As organizações da juventude partidária têm um significado especial para os partidos – ou pelo menos deveriam ter, visto que muitos partidos deixam de dedicar mais atenção a suas organizações juvenis. Não obstante, elas desempenham funções importantes, mesmo que o relacionamento mútuo seja às vezes difícil e surjam conflitos de tempos em tempos. Por isso, alguns partidos preferem não conceder à sua juventude uma estrutura organizacional própria ou um maior grau de autonomia, limitando seu papel ao de auxiliares de campanhas* (HOFMEISTER, p. 177-178, 2021).

Também foi apontado, em complementação as falas acima:

A juventude é uma das coisas mais importantes na minha vida: eu fiz muita coisa boa, fiz muita coisa errada também, mas todo mundo passa por isso eu acho. A gente quando é jovem a gente aprende muito na bordoadada, a gente não consegue aprender no amor não, a gente desconfia, a pessoa fala assim “não faz assim”, aí você fala “acho que eu vou fazer sim”, vai, faz, acabou e depois você aguenta as consequências. Eu acho que estar dentro do partido é uma das coisas mais importantes que tem porque pra você se tornar um dia Presidente da República é preciso ter uma carreira política, entende? Você não pode simplesmente chegar sendo Presidente, você precisa ter bagagem, precisa passar pelo município, pelo Estado para chegar no nacional. Então eu acho que dentro do partido é a coisa mais importante que tem, é você tá criando sementinhas e brotando isso todos os dias e criando novas lideranças. É assim, e não é só pra política porque a pessoa pode não se tornar vereador, ela pode não se tornar prefeito, ela pode não ser um deputado, mas ela vai ser sempre uma liderança, ela vai tá sempre em movimento, estará sempre vendo um grupo e tentando puxar esse grupo pra frente. E é dali que vai vir os políticos da nova geração, entendeu? Os políticos do futuro estão entrando agora no partido (Jovem E, PSDB-SP).

Essa fala se conecta com esse debate de pouca ou muita legitimação das juventudes partidárias no interior dos partidos e como as lideranças jovens avaliam esse cenário tanto no âmbito interno do próprio partido como de outras organizações. Todavia, também foi percebida durante as entrevistas que, com o passar dos anos, os/as jovens foram conquistando espaço no interior do partido e, cada um com suas ferramentas, conseguindo se fazerem ouvidos em suas demandas.

O tamanho do poder que ela tem dentro dos partidos varia: ela pode ter muito poder, ela pode ter algum poder. No caso da Juventude do Democratas, a gente tinha algum poder, não tinha um poder enorme como talvez no PCdoB, por exemplo, eu acho que a juventude do PCdoB tem um grande poder dentro do partido. No Democratas a gente tinha algum poder, mas não era o poder gigantesco (Jovem A, do DEM-RJ).

Como já discutido na seção que trata da participação política, esta não ocorre no vácuo, logo, precisa de condições que a viabilizem aliada ao desejo do sujeito em se engajar (CRUZ, 1985). O Jovem A, do DEM-RJ, em sua entrevista usa o termo “poder”, o qual é possível interpretar como ferramenta que medir o quão envolvida a juventude do partido poderá estar nos processos decisórios. Essa avaliação é interessante porque mostra a aplicação prática dos argumentos de Cruz (1985) e Verba e Nie (1972), a participação política tem seu cerne a atuação efetiva na tomada de decisão ou a possibilidade de intervir.

A gente sabe que tem resistências, quem está no comando e está figurando como liderança há muito tempo tende a (por mais que tenha um

discurso bonito de dizer que tem que fomentar a juventude, que tem que ter novas lideranças e a partir da juventude. Essas novas lideranças adoram discursar isso, na prática quando o jovem assume e ganha um destaque importante, a resistência vem ao natural. Então, a gente luta, eu luto muito, para a gente cada vez mais avançar. Então, é claro que na minha visão, a gente precisa que os jovens tomem espaço. Por quê? Porque o mundo mudou muito e ele continua mudando numa velocidade surreal (Jovem I, do MDB-RS).

A participação política da juventude não só é importante e necessária, mas também reivindicada por esse segmento. Jovens entrevistados/as valorizaram em seus relatos a magnitude da atuação de outros jovens no passado em processo de luta por direitos (conquistar e/ou garantir os já existentes²⁶).

Na redemocratização depois da ditadura Vargas quando o PCdoB estava lá, 1964 novamente em 1985 com Constituição o PCdoB estava lá, eleição dos governos liberais FHC, Collor, PCdoB liderando, inclusive, quem fez os “Caras pintadas” foi a UJS, quem chamou os caras pra rua foi UJS através UBES, que o Presidente era nosso e aí a gente apresentou dentro da UBES os “caras pintadas” – o PCdoB levou pra dentro da UJS que levou pra dentro da UBES. A eleição do Lula em 2002, quem era a juventude estava na rua ali batendo? Inclusive elegemos vários quadros da juventude naquela época como a Manuela [d’Ávila], o Orlando, ex-presidente da UNE. Então o PCdoB e a UJS se apresentam referência histórica para nossa juventude, onde teve luta política nesse país teve o PCdoB (Jovem O, do PCdoB-GO).

Então, pra gente a importância dos jovens de 16 a 29 anos ocupar os espaços dentro do partido é, pra além de tudo, a garantia de que o PT continuará existindo porque se essa juventude não se engaja na política, não constrói sua trajetória, não ocupa os espaços, não aprende, não se forma, nós vamos chegar a um nível em que o partido vai perder os seus grandes nomes (que são hoje os capas) as direções e aí vai ficar sem grandes nomes pra tocar essa política que acreditando ser a política que precisa tocar o país e precisa transformar esse Brasil. Então, resumidamente o principal fator de importância de ter essa juventude lá é a transição geracional é a garantia de que o partido vai seguir vivo daqui alguns anos (Jovem K, PT-GO).

As juventudes partidárias, como visto por meio das entrevistas, se mostram como um espaço (físico ou não) necessário dentro da estrutura do partido político. As juventudes partidárias se constituem em um espaço de socialização política entre jovens do próprio partido e isso apareceu na pesquisa de campo:

Nós temos todo ano (então esse ano foi o décimo sétimo) acampamento de verão da juventude do MDB. Cerca de 200 até 300 jovens se encontram nesse acampamento pra discutir política. Nós temos a presença das nossas lideranças maiores: nossos deputados e até mesmo a presença dos ex-governadores (ex. José Sartori) e até mesmo senador Pedro

²⁶ Conforme Poerner (1995), a atuação de jovens em questões políticas no cenário brasileiro não é recente, muito pelo contrário, inclusive, há registro de manifestações juvenis ocorridas no Brasil Império.

Simon que não é uma presença tão frequente. [...] Então a gente consegue conversar, ouvir e conversar entre as juventudes nesse processo de formação política, de entender o que está acontecendo nos outros municípios, de que forma em que eles estão conduzindo, de que forma nós estamos conduzindo e fazer um aparato geral entre as juventudes e entre o partido (Jovem H, do MDB-RS).

Tem dias que organizamos atividades culturais do PCdoB, por exemplo, vamos sair pra tomar uma cerveja, conversar, fazer uma confraternização de final de ano ou Dia do Estudante, aniversário do partido, dia da comemoração da juventude, depois de um ato de rua (ex. acabou a manifestação Fora do Bolsonaro!) bora sentar ali pra tomar uma gelada. Aí o recém-filiado à UJS vai junto, senta lá, conversa e fala “você que é fulano, fiquei sabendo que foi filiado à UEE na década de 1980-90, 2000, você está no PCdoB?”. Então a galera acaba se aproximando, criando relação (Jovem O, do PCdoB-GO).

Os dois relatos acima, com suas especificidades, são exemplos de socialização política que, nesses cenários, servirá como uma preparação ou habilitação para a atuação na vida política – intrapartidária ou não – (Castro, 2009).

As juventudes dos partidos (ou vinculadas a ele, em algum nível, como é o caso da UJS) também servem como um funil cuja ponta será a integração de jovens ao partido-mãe. Deste modo, as juventudes dos partidos apresentam uma função – algo que é percebido pela literatura – de sensibilização e aproximação de outros/as jovens para o partido político²⁷:

Depois de estar dentro da UJS, a pessoa vem para o PCdoB é um processo não é fácil, mas é um processo que não existe grandes dificuldades porque a pessoa percebe que a orientação política vem do PCdoB, porque os quadros mais experientes participam do PCdoB, acaba tendo contato com os dirigentes do PCdoB. Por exemplo, vai ter um evento da UEE, aí tem algum secretário do PCdoB que a gente convida pra estar na mesa, o PT convida o deles, geralmente cada força convida alguém para a mesa de abertura (um parlamentar ou então dirigente). Eles falam “nossa, esse aí que é fulano do PCdoB, esse aí que é fulano do PT” e aí a galera acaba se aproximando dos partidos e da UJS naturalmente (isso acontece também) (Jovem O, do PCdoB-GO).

Essa visão das juventudes partidárias como uma organização até mais atrativa mais outros/as jovens faz coro com umas das funções elencadas por

²⁷ Os partidos políticos selecionados para investigação nessa dissertação contam com as alas jovens (juventudes partidárias) em sua estrutura e isso está disposto em cada um de seus respectivos estatutos. No tocante à USJ, um caso excepcional, pois ela é uma associação civil sem fins lucrativos externa à estrutura partidária, o que significa que não é restrita a um partido político específico – inclusive conta com jovens não filiados a nenhum partido político (art. 1º, Estatuto da UJS. Mesmo diante dessa especificidade, manteve-se o estudo da UJS visando compreender a participação política dos jovens vinculados ao PCdoB. Afinal de contas, é uma disposição do estatuto do PCdoB que os jovens deverão atuar na UJS (art. 57, Estatuto do PCdoB), o que faz dela uma espécie de ala jovem (mesmo que não só deles) do mencionado partido.

Pickard (2019), a saber: as organizações intrapartidárias juvenis visam receber aqueles/as que preferem integrar grupos compostos por jovens. Assim, volta-se, também, para discussão sobre socialização política entre jovens e os incentivos para ingresso em organizações políticas.

As juventudes partidárias são chamariz, conforme os dados advindos do campo, de atração e recrutamento de outros/as jovens, algo indicado por diferentes autores/as de diferentes continentes, inclusive, como é o caso de Cosmas Kanyadudi (2010)²⁸. Da situação do acampamento da Juventude do MDB às confraternizações após as mobilizações de rua do PCdoB, são as organizações juvenis agentes importantes para a imagem externa do partido e de recrutamento de novos filiados e possíveis novas lideranças (Marques, 2016; HOOGHE; STOLLE; STOUTHUYSEN, 2004). Fica evidente, ainda, como as juventudes partidárias têm potencial de atração de novos/as filiados/as via adensamento das relações interpessoais.

Se a literatura especializada em partidos políticos e recrutamento defende que o recrutamento é indispensável à manutenção dessas organizações e a presente pesquisa evidenciou que as juventudes partidárias recrutam novos membros, pode-se afirmar que os partidos são impensáveis sem as alas jovens. Deste modo, denota-se que o avanço dessa pesquisa no objetivo “c”, qual seja: identificar quais as frentes de atuação das juventudes partidárias (formação de quadros, formação política, seleção de candidato etc.) e sua função no partido.

TRANSFORMAÇÃO DIGITAL E PARTIDOS POLÍTICOS

No quesito transformação digital, a pesquisa apresenta um achado importante: os/as jovens reconhecem com mais facilidade as demandas da atualidade e tendem a se adaptar com mais facilidade se comparados ao público mais velho. Muitos dos/as entrevistados/as em várias situações sublinharam como

²⁸ Teórico utilizado na construção do referencial teórico desta pesquisa cujo trabalho analisa o cenário das juventudes politicamente engajadas no continente africano – *The role of political parties youth leagues in democratization and regional integration in east Africa*.

é necessário o uso de ferramentas digitais como redes sociais para sensibilizar outros/as jovens aos partidos políticos e seus ideais. Do mesmo modo, esses mesmos jovens se colocaram enquanto pessoas mais aptas e flexíveis às adaptações requeridas pelas inovações tecnológicas, se comparados aos quadros mais velhos dos partidos.

Aqui um jovem aponta como, se valendo do Instagram, foi possível engajar outras possíveis lideranças em um processo semelhante a um reality show:

34 jovens do Brasil todo que começaram semana passada essa qualificação, essa formação pela Escola de Líderes como a nossa edição especial, a Movimento Jovem e ela vai ter uma abordagem semelhante. [...] É um produto que nós temos na casa que está agora qualificando os jovens, vai ter criação de políticas públicas, eles vão ter que praticamente fazer uma tese, elaborar uma política pública, vai ter encontro presidencial, mentoria, é um projeto interessante, mas eu pessoalmente não estou participando por ser presidente [...], a gente publicou lá no Instagram da JMDB nacional tu vai encontrar acho que três “carroceis” de publicações como se fosse um BBB mostrando esses jovens quem são (Jovem I, do MDB-RS).

Esse achado está diretamente ligado às discussões feitas por Wilhelm Hofmeister (2021) ao tratar da transformação digital e como isso pode trazer ganhos e perdas para os partidos de um modo geral. O autor sublinha inicialmente que a transformação digital pode ter como resultado, também, a *digital divide*, que é a exclusão daqueles membros que não têm muita familiaridade com ferramentas tecnológicas ou até mesmo aqueles que não querem usá-las. Sendo assim, os que não querem ou não podem se conectar digitalmente ficariam de fora, por exemplo, de discussões realizadas on-line por meio de videoconferência ou outros meios similares. Já existem barreiras suficientes para participação nos partidos e, por óbvio, não faz sentido que os partidos criem mais por meio da *digital divide* (HOFMEISTER, 2021).

As lideranças entrevistadas apontaram ferramentas tecnológicas como vetores úteis em estratégias de aproximação de jovens do partido políticos e, com isso, angariar novos/as filiados/as. Para ilustrar essas ferramentas foram citadas redes sociais como o Instagram, o que hoje não é incomum, mas chama a atenção que alguns jovens façam uso das ferramentas comerciais dessa rede social para traçar estratégias específicas de alcance de novos membros.

E aí a gente começou a experiência recente de anúncios patrocinados, a gente está patrocinando anúncio, fazendo vaquinha, no Instagram da juventude do PT porque a gente precisa estar conectado nessas novas formas de fazer política. Hoje no Instagram tem “nós vamos entregar o seu

anúncio para pessoas de 15 a 29 anos que estão aqui nesse raio do estado de Goiás e curtem e seguem a página do Lula” é um jovem petista, que tem um potencial de vir para o PT. Então a gente anuncia para essa galera, isso aí é a panfletagem lá na porta da universidade do século 21, a gente panfleta com vontade de panfletar para quem quer receber o nosso panfleto. Então a gente tem investido nesse processo aí e tem sido muito precedido (Jovem K, PT-GO).

Analisando essa fala, percebe-se uma estratégia direcionada e até personalizada para o público-alvo que se quer atrair para o partido, o que tem muito a ver com estratégias de mercado quando o assunto é achar o cliente ideal para comprar seu produto/serviço. Ferramentas como essa são bastante usadas por empreendedores/as e chama a atenção como esses jovens se apropriaram destas para fins próprios da sua organização partidária.

Os mais antigos dentro do partido são... é... ruim, é uma coisa ruim, não é isso... É porque às vezes eles não estão na mesma *vibe* vamos dizer assim que a gente. As vezes eles ainda estão lá fazendo o “arroz com feijão” de um jeito que não dá mais certo, de um jeito que não alcança mais. A prova disso são as redes sociais: hoje um TikTok²⁹ viraliza muito mais do que entregar um panfleto na rua ou entregar a tribuna do Jornal da Verdade dentro do ônibus. Viraliza muito mais, alcança muito mais, enfim, então são tipos de discussão que a gente se perde muito ali fazendo em vez de atualizar o partido, atualizar ali a comunicação, atualizar os nossos pensamentos, atualizar... (Jovem P, do PCdoB-GO)

Na fala da Jovem P denota-se não o uso de estratégias próprias de uma rede social para atingir mais jovens, mas a rede social em si como ferramenta de transformação digital dentro do partido político, como um processo necessário de atualização e, por que não, mudança de *mindset* de quem ainda opera somente no “analógico”.

As redes sociais hoje ocupam um papel central em vários contextos diversos e, não há como negar, são parte elementar a vida cotidiana de muitas pessoas. Cada uma com o seu respectivo peso, essas redes integram a práxis políticas, também, porque viabilizam a criação de locais (virtuais) de sociabilidade, aumentando, assim, o alcance dos debates e maior integração (FIGUEIRAS, 2019).

²⁹ Vale sublinhar que a percepção da Jovem P, do PCdoB, acerca do TikTok como uma ferramenta válida para chegar a novos públicos encontra fundamento em dados reais, veja-se: *In our data, we find significant and rapidly growing usage of TikTok, especially in Africa, Asia, and Latin America as well as across Eastern Europe. Usage is mostly still with under 25s, but is extending into all age brackets in countries with higher levels of usage, such as Kenya, South Africa, Thailand, Indonesia, Brazil, and Peru. This quote from our Brazil qualitative research sums up how perceptions of content on TikTok have changed in the last year or so. “When TikTok was launched, it was just about dancing, choreography; not today, even though the videos are fast, they bring immediate information”.* Male, 24, Brazil (DIGITAL NEWS REPORT, 2022).

É inegável que um evento em específico modificou, e muito, as relações entre as pessoas e as telas nos últimos dois anos: a pandemia do (não tão novo mais) coronavírus. Sim, as dinâmicas internas dos partidos políticos também foram afetadas e o imperativo da digitalização veio com ainda mais força e não é surpresa que os mais diversos partidos de diferentes tamanho e ideologias lidaram cada um à sua maneira com essas adversidades. Alguns partidos maiores demoraram mais para “engatar” na via da transformação digital como solução para se manterem conectados aos seus membros e apoiadores (HOFMEISTER, 2021).

Os apontamentos feitos por Hofmeister (2021) dão conta das mesmas questões apresentadas pela Jovem P, do PCdoB, no sentido de que seu partido político enfrenta conflitos internos, também, por conta da sua lentidão em se apropriar de alternativas que a tecnologia pode trazer para as suas rotinas internas e externas.

Expandido um pouco, pode-se falar em digitalização não só dos partidos, mas também das rotinas político-institucionais de um modo geral quando, por exemplo, uma liderança faz uso de grupos de *WhatsApp* para se conectar e estabelecer relações com outras lideranças (jovens ou não).

Essas lideranças estão formando então esses grupos. Hoje faço parte de grupos de WhatsApp onde a gente tem o compartilhamento direto das ideias. Faço parte de três grupos diferentes onde tem chefes pontuais, que se criaram esses grupos para compartilhar ideias, trocar informações se é uma prática comum não sei dizer e eu até imagino que não porque não é o que a gente percebe muito até no próprio estado (Jovem J, MDB-RS).

Espaços de conexão e trocas de ideias – criação e manutenção de networking – nos dizeres dessa liderança, deixam de ser somente os encontros presenciais e passam a ser mediados pela tecnologia, o que não deixa de ser um ganho para os envolvidos.

As possibilidades de uso de alternativas tecnológicas para otimização são inúmeras, são algumas delas: a) plataformas de vídeo para conferências; b) sistemas de processamento de textos colaborativos (onde é possível que várias pessoas trabalhem no mesmo documento online simultaneamente, tendo, inclusive, como auditar as contribuições de cada um); c) uso de sistemas de armazenamento em nuvens, conferindo maior segurança aos arquivos e permitindo o seu acesso remoto.

Os partidos que contam com condições para arcar com as despesas da transformação digital mais elevada, digamos assim, investem no gerenciamento de suas atividades por meio de nuvens, por exemplo. Os custos são, inevitavelmente, altos porque não incluem só a aquisição das ferramentas, mas também a sua manutenção, o que vai depender, ainda, se o partido contar com recursos humanos para tal (HOFMEISTER, 2021).

O quadro abaixo ajuda a visualizar de forma rápida e prática alguns dos benefícios e desafios da transformação digital dos partidos políticos.

QUADRO 2 – Relação de benefícios e desafios da Transformação digital nos partidos políticos

Benefícios	Desafios
Permite novas formas de comunicação com os/as filiados/as e com o público geral	<i>Digital divide</i> - “exclusão digital” de quem não quer ou não pode fazer uso de possibilidades digitais
O partido consegue se comunicar diretamente com seus membros – sem a comunicação de massa intermediando	Uso de meios disruptivos (como hackers) para fraudar eleições intrapartidárias, a depender a segurança do sistema de votação
Auxilia o partido na representação de posições	Qualidade dos laços interpessoais construídos virtualmente
Realização de encontros partidários online – ampliação das possibilidades de participação	Dificuldade na construção comunitária através de encontros pessoais
Reunião de grupos de especialistas	
Uso de redes sociais e suas ferramentas para atração de novos membros	

Fonte: Elaboração própria a partir de Hofmeister (2021).

Resumindo, o uso de tecnologia pode ser um auxílio de grande valia para as rotinas partidárias e, nota-se, nas lideranças entrevistadas uma maior permeabilidade a elas. Como já apontado, mas vale reforçar, a transformação digital, a depender dos moldes da sua implantação e assimilação, pode trazer uma série de benefícios como também de desafios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já explicitado, os nortes temáticos conceituais foram: a) juventudes partidárias, b) organização partidária, c) recrutamento de elites políticas e d) participação de jovens na política institucional. Enquanto o tema central – espinha dorsal – foi investigar as juventudes partidárias como órgãos que se inserem no processo de funcionamento e renovação das organizações partidárias (DEM, PP, PSDB, MDB, PT e PCdoB).

O estudo objetivou compreender em profundidade as juventudes partidárias e, com isso, contribuir para a agenda de pesquisa do comportamento político de jovens dentro das organizações partidárias. Os resultados dessa pesquisa foram vários. A lógica ambivalente que as lideranças entrevistadas se relacionam com o binômio formalidade/informalidade. Variando o contexto/tema, as respostas dos/os jovens alternavam sobre quão benéfica é a formalidade e maléfica é a informalidade. Do mesmo modo, os papéis se invertem: a formalidade podendo ser negativa, por exemplo, em cenário em que ela acaba limitando a atuação da juventude.

As juventudes partidárias, em conformidade com a literatura especializada, são, sim, agentes de atração de novos membros para o partido e, conseqüentemente, de lideranças, o que poderá desaguar na renovação dos quadros. Ainda dentro da renovação, um achado trazido espontaneamente pelo campo é a importância da arena local (municipal) nas disputas políticas envolvendo as lideranças jovens e para a formação delas enquanto políticos profissionais.

Uma das contribuições mais relevantes – não há espaço para generalizações – é como as lideranças jovens entrevistadas, cada um à sua medida, é claro, se mostraram confiantes nos partidos políticos como pontes possíveis para efetivação da implementação de suas ideologias, mesmo já estando cientes e já tendo experimentado outras formas de engajamento políticos. Os partidos políticos para esse grupo de indivíduos ainda são vistos como agente possibilitador de transformação da realidade.

Os achados teóricos aqui apresentados foram viabilizados pelos contornos possíveis a partir da abordagem *grounded theory*, já que ela possibilitou

ao pesquisador a imersão no campo com o grau de profundidade necessária para que sua lente captasse realidades outras ainda não compreendidas em profundidade pela literatura.

No sentido de possibilidade de desdobramentos para a agenda de investigação deste trabalho é a possível influência das mudanças geracionais na composição das elites partidárias, o que pode ser investigado, inclusive, em perspectiva comparada. Analisar em profundidade o uso de ferramentas tecnológicas enquanto possibilidade nas estratégias para aproximação dos partidos políticos aos jovens também têm potencial para contribuir com os estudos sobre organizações partidárias e juventudes no Brasil – e em outras nações passíveis de comparação.

De forma limitada, o esforço teórico desta pesquisa avançou nos estudos sobre os partidos políticos no contexto brasileiro – uma agenda conhecidamente relevante na Ciência Política nacional. O uso da *grounded theory* como inspiração para a formatação da abordagem de pesquisa viabilizou o acesso em profundidade aos partidos políticos por meio das vivências dos jovens e das jovens entrevistados/as.

REFERÊNCIAS

- ALDRICH, John (2011). *Why Parties; A Second Look*. Chicago. University of Chicago Press.
- AMARAL, O. E. Do. O que sabemos sobre a organização dos partidos políticos: uma avaliação de 100 anos de literatura. **Revista Debates**, 2013. v. 7, n. 2, p. 11–32.
- ARAÚJO; R. O.; PEREZ O. C. Antipartidarismo entre as juventudes no Brasil, Chile e Colômbia. **Estud. sociol.** Araraquara v.26 n.50 p.327-349 jan.-jun. 2021.
- AVELAR, L. Participação política. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (organizadores). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação Unesp Ed., 2004.
- BAQUERO, Marcello; BAQUERO, Rute. Novos padrões de participação política dos jovens na democracia brasileira? **Em Debate**, Belo Horizonte, n.8, v.4, p.19-25, nov. 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Pau: Edições 70, 2016.
- BARNES, S. H.; KAASE, M.; ALLERBECK, K. R. **Political action: Mass participation in five western democracies**. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1979.
- BARROS, A; GUIMARÃES, R; SILVA, S; SILVA, T. Juventudes partidárias no Brasil: motivações e perspectivas dos jovens filiados a partidos políticos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 30. Brasília, setembro - dezembro de 2019, p. 113-158.
- BOGHOSSIAN, C. O.; MINAYO, M. C. S. **Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos**. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902009000300006&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 de out. 2020>.
- BOLOGNESI, B. Organização partidária: modelos de análise e novas agendas. In: BOLOGNESI, B.; SILVA, G. P. da (orgs.). **Ciências sociais hoje** [livro eletrônico]: ciência política. São Paulo: Zeppelini Publishers, 2020
- BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Em Tese**, v. 2, n.1(3), p. 68-80, 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027>>. Acesso em: 11 de ago. 2021.
- BORBA, Julian. Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação **Revista Sociedade e Estado** - Volume 27 Número 2 - Maio/Agosto 2012.
- BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.
- BRAGA, M. S. S. A agenda dos estudos sobre partidos políticos e sistemas partidários no Brasil. **Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR**. Vol. 1 – n. 1 – 2013.
- BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm. Acesso em: 24 de out. 2020.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

_____. Lei nº 4.737, de 15 de junho de 1965. Institui o Código Eleitoral. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4737compilado.htm >. Acesso em: 01 de jan. 2022.

_____. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9096.htm. Acesso em: 24 de out. 2020.

_____. Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3º, inciso V, da Constituição Federal. Disponível em: <[planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9096.htm)>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção em Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde**. Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. 132 p.

_____. **Política nacional de juventude: diretrizes e perspectivas**. Conselho Nacional de Juventude, Brasília, 2006.

BRUTER, M; HARRISON, S. Tomorrow's Leaders? Understanding the Involvement of Young Party Members in Six European Democracies. **Comparative Political Studies**. v.42, p. 1259-1291, 2009.

CALIARI, H. F. (2009). Um ensaio sobre a participação política da juventude brasileira. Dissertação de mestrado Política Social. Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

CASSAB, C. Refazendo percursos: considerações acerca das categorias jovem e juventude no Brasil. **Perspectiva**, v. 34, n. 128, p. 39-51.

Castro, L. R. de. Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Out-Dez 2009, Vol. 25 n. 4, pp. 479-487.

CASTRO, L.R. Participação Política e Juventude: do mal-estar à responsabilidade frente ao destino comum. **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: RITLA, 2009.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; LEON, A. de. **Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas de juventudes**. São Paulo: GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, 2007.

CERVI, E. U.; TERRON, Sonia; SOARES, Glaucio Ary Dillon. Filiação partidária: uma importante variável esquecida no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 26, nº 3, set.-dez., p. 494-521, 2020.

CHARMAZ, K. (2009). **A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre, Artmed.

CHARMAZ, K. (2014). **Constructing grounded theory**. London, Sage. Cho.

CROSS, W.; YOUNG, L. Factors Influencing the Decision of the Young Politically Engaged To Join a Political Party: An Investigation of the Canadian Case. **Party Politics**, v. 14, p.345-369, 2008.

CRUZ, M. B. da. A participação política da juventude em Portugal. *Análise Social: Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa*, Lisboa, v. 21, n. 87-89, p. 1067-1088, 1985.

_____. A Participação Política da Juventude em Portugal: as elites políticas juvenis. *Análise Social*, n.105-106, p.223-249, 1990.

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

DUVERGER, M. (1980 [1951]) **Os partidos políticos**. Ed. UnB: Brasília, 1980;

_____. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

FERREIRA, P. R. B. As juventudes partidárias são uma escola? Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Ciência Política, Universidade de Aveiro. Aveiro, 2012.

FIGUEIRAS, R. Mediatização 2.0: A integração das redes sociais na prática política. In: CARRIÇO R.; MAGOS, S. R (coords). *Comunicação Política*. Lisboa: NIP-C@M & UAL., p. 45-74. Disponível em: <https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/4371/3/2.Rita%20Figueiras.pdf>. Acesso em: 1º de ago. de 2022.

FUKS, M. Efeitos diretos, indiretos e tardios: trajetórias da transmissão intergeracional da participação política. *Lua Nova*. São Paulo, n°83, p. 145-178, 2011.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENES, É. R. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos e de Whight Mills aos estudos de cultura política e democracia. *Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR*, v. 2, n. 2, 2014.

GLASER, B. G. **Theoretical sensitivity: advances in the methodology of grounded theory**. Mill Valley, CA: Sociology Press, 1978.

GOHN, M. G. **Participação e democracia no Brasil: da década de 1960 a 2013**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2019.

GROPPO, L. **Juventudes: sociologia, cultura e movimentos**. Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2016. Disponível em: < http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/lirvro_juventudes.pdf >. Acesso em: 16 de ago. de 2021.

HARMEL, Robert; JANDA, Kenneth (1994) 'An Integrated Theory of Party Goals and Party Change'. *Journal of Theoretical Politics* 6(3): 259–87.

HEIDAR, Knut. Party membership and participation. In: KATZ, Richard S.; CROTTY, William (eds.) **Handbook of Party Politics**. London: Sage, 2006.

HICKEY, S.; MOHAN, G. (ed.). *Participation from tyranny to transformation? Exploring new approaches to participation development*. Zed Books, 2004.

HOOGHE, M; STOLLE, D. Youth organisations within political parties: political recruitment and the transformation of party systems. In: FORBRIG, Joerg (Org.). **Revisiting youth political participation: Challenges for research and democratic practice in Europe**. Strasbourg: Council Of Europe, 2005. p. 43-52.

HOOGHE, M; STOLLE, D; STOUTHUYSEN, P. Head start in politics: The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders). **Party Politics**. London. Vol. 10, No.2 pp. 193-212, 2004.

HAERPFER, C.; INGLEHART, R., et al. (eds.). 2020. *World Values Survey: Round Seven – Country-Pooled Datafile*. Madrid, Spain & Vienna, Austria: JD Systems Institute & WVSA Secretariat. Doi.org/10.14281/18241.1.

- INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONOMICAS (IBASE); INSTITUTO PÓLIS. **Juventude Brasileira e Democracia**: participação, esferas e políticas públicas. Rio de Janeiro, Pólis/Ibase, nov. 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo demográfico 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/panorama>. Acesso em: 12 de out. 2020.
- KANYADUDI, C. J. O. **The role of political parties youth leagues in democratization and regional integration in east Africa**. Nairobi: Friedrich Ebert Stiftung, 2010.
- Kenny, M.; Fourie, R. (2015). **Contrasting classic, straussian, and constructivist grounded theory: methodological and philosophical conflicts**. The qualitative report, vol. 20, nº 8:1270-1289.
- KINZO, Maria D'Alva. (2004). Partidos, Eleições e Democracia Pós-85. **Revista RBCS**, 19, 54: 23-41.
- LEVI, G.; SCHMITT, J. (org.). **História dos jovens**. Vol. 1. Da antigüidade à era moderna. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MACHADO, A. S. (2016). Recrutamento Partidário de Jovens no Rio Grande do Sul. Tese de doutorado em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
- MACHADO, A. S. **Adesão, Formação e Seleção Partidária de Jovens**: Algumas tendências do Rio Grande do Sul. Disponível em: < <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/AmandaMachado.pdf> >. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.
- MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARQUES, J. E. D. C. Juventude do partido dos trabalhadores: Institucionalização e militância juvenil. 2016. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Goiás, São Paulo, 2016.
- MELO, C. R. Os partidos nas democracias: passado, presente e futuro. In. FABRINO; CUNHA (orgs). **Introdução à teoria Democrática**: conceitos, histórias, instituições e questões transversais. Ed. UFMG, 2018.
- MICHELS, R. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília, UNB, 1982.
- MILBRATH, L. W., Political participation. In: LONG, S. L. (org.). **The handbook of political behavior**. vol. 04. New York: Plenum Press, 1981.
- MOSLEY, L. (org.). **Interview research in political science**. New York: Cornell University Press, 2013.
- NIE, N. H. **Participation in America**: Political democracy and social equality. University of Chicago Press, 1987.
- OKADO, Lucas; RIBEIRO, Ednaldo. Condição juvenil e a participação política no Brasil. **Paraná Eleitoral**, n.01, v.04, p.53-78, fev. 2015.
- PALUDO, J. R. (2017). Participação de alta intensidade e militantismo dos filiados de base do PT no Brasil. Tese de doutorado em Sociologia Políticas. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC).
- PALUDO, J. R., BORBA, J., & GIMENES, É. R. Participação de alta intensidade entre os filiados ao Partido dos Trabalhadores no Brasil. **Teoria & Pesquisa**: Revista de Ciência Política, v. 27, n. 2, 2018.

- PANEBIANCO, A. (2005) **Modelos de partido**: organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PARETO, V. Coleção Grandes Cientistas Sociais (org.) J.A. Rodrigues. São Paulo: Ática, 1984.
- PARRY, G. The idea of political participation. In: PARRY, G (org.). **Participation in politics**. New Jersey: Manchester University Press, 1972.
- PERES, P. Revisitando a “Teoria Geral” dos Partidos Políticos de Maurice Duverger. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**. Nº 68, 2º Semestre, 2009, pp. 17-58
- PERES, P.; MACHADO, A. Uma tipologia do recrutamento partidário. **Opinião Pública**, Campinas, v. 23, nº 1, abr., 2017.
- PERISSINOTTO, R (2009). **As elites políticas**: questões de teoria e método. Curitiba: Ibpex.
- PICKARD, Sarah. **Politics, Protest and Young People Political Participation and Dissent in 21st Century Britain**. Paris: Palgrave Macmillan. 2019.
- RAPOSO, E. V. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. **Perspectivas**, São Paulo, v. 53, p. 159-177, jan./jun. 2019.
- REUTERS INSTITUTE. Digital News Report 2022. Disponível em: <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2022-06/Digital_News-Report_2022.pdf>. Acesso em: 1º de ago. de 2022.
- RIBEIRO, Ednaldo. Participação política e juventude: mudança no padrão de relacionamento entre os cidadãos e a política? **Em Debate**, Belo Horizonte, n.8, v.4, p26-34, nov. 2012.
- RIBEIRO, Ednaldo; FUKS, Mário. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**. Campinas, SP, v. 25, n. 3, p. 531-555, 2019.
- RODRÍGUEZ, J. Las Juventudes Partidárias de três partidos políticos en Colômbia. 2009. 64 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciência Política, Facultad de Ciencia Política y Relaciones Internacionales, Pontificia Universidad Javeriana, Bogotá, 2009.
- SALISBURY, R. H. Research on Political Participation. **American Journal of Political Science**. Vol. 19, No. 2 (May, 1975), p. 323-341.
- SARTORI, Giovanni. (1982). **Partidos e Sistemas Partidários**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Editora Zahar.
- SCARROW, S. E. Multi-Speed Membership Parties. In: SCARROW, S. E. **Beyond Party Members Changing Approaches to Partisan Mobilization**. Oxford University Press, 2015.
- SIAVELIS, P. The hidden logic of candidate selection for Chilean parliamentary elections. **Comparative Politics**, p. 419-438, 2002. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4146946?seq=1>>. Acesso em: 20 de maio de 2021,
- SOUZA, C. Juventude e contemporaneidade: possibilidades e limites. **Última década** Nº20, Cidpa Viña Del mar, pp. 47-69, junho 2004, p. 49.
- SPECK, B. W; BRAGA, M. S. S; COSTA, V. Estudo exploratório sobre filiação e identificação partidária no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, vol. 23, nº 56, p. 125-148, dez. 2015.
- SPECK, B.W., 2013. Nem ideológica, nem oportunista: A filiação partidária no contexto pré-eleitoral no Brasil. **Cadernos Adenauer**, 14(2), pp.37-60
- STONE, RAPOPORT & SCHNEIDER (2004) Party Members in a Three-Party Election: Major-Party and Reform Activism in the 1996 American Presidential Election. In. **Party Politics**: Political Organizations and Parties Section of the

- American Political Science Association. London: SAGE Journals, Jul – 2004. Disponível em: <https://journals-sagepub-com.ez49.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1177/1354068804043908>. Acesso em: 20 de maio de 2021.
- STRAUSS, A.; CORBIN, J. Grounded theory: an overview. In: DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks, CA: Sage, p. 273-285, 1994.
- TEIXEIRA, Jefferson Alves. Militância Virtual? Organizações de Juventudes Partidárias na Rede Mundial de Computadores. In: **33º Encontro da ANPOCS**. Caxambu, 2009.
- VERBA, S.; NIE, N. H. **Participation in América: Political Democracy and Social Equality**. New York, 1972.
- WEBER, M. (1864-1920). **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Revisão técnica de Gabriel Cohn - Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.
- WEBER, M. (2012) **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. 4ª Edição. Brasília: Editora UnB, 2012.
- WIESENDAHL, E. Ainda atual? A pesquisa sobre partidos políticos e as profundas transformações da modernidade In: KRÜPER, J.; MERTEN, H.; POGUNTKE, T. (orgs.) **Partidos políticos: um enfoque transdisciplinar**. Tradução de Anelise Freitas Pereira Gondar; Peter Naumann; Ebal Sant'Anna Bolacio Filho. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2020.

ANEXOS

		Renovação	Formalidade/informalidade e posicionamento das juventudes na estrutura partidária	Motivações para ingresso na vida partidária
D E M	Jovem A (RJ)	“Pra esse jovem passar a ter uma posição de poder não só na juventude do partido, mas também no partido em si ter relevância influência dentro do partido é um pouco mais complexo: é necessário ser um jovem talvez que se elegeu Vereador, que se elegeu Deputado Estadual ou que tem tanta força na juventude do partido [...] Eu acho que os jovens hoje trazem um ponto de contato com a sociedade para os partidos, que os partidos vêm perdendo”.	“Aprovamos um estatuto novo, com novas regras, mais claras, mais simples e mais realistas porque às vezes o estatuto tem regras sobre o dia a dia da juventude, não sobre a formação das diretorias, a organização interna, mas sobre o cotidiano que são regras que impossíveis de aplicar”.	“César Maia me convida – primeiro por conta da admiração que eu sentia por ele, pela figura dele como liderança e segundo por ser um partido que tinha uma ala liberal muito grande e que eu me identificava com essa defesa – eu resolvi aceitar o convite e entrei pra JDEM”.
	Jovem B (GO)	“A JDEM, graças a Deus, tem uma estrutura forte e consolidada aqui e tem vários nomes de lideranças aqui”.	“O estatuto sim é... claro que tem as suas informalidades de algum modo, mas, até o meu acompanhamento, sim, o estatuto é colocado em prática – que provavelmente vai ser mudado agora quando virar União Brasil”.	“O partido chegou até mim e batia com as minhas ideologias e da minha família, aí eu entrei e me apaixonei pela política eu estou aí agora quase há 6 anos 7 anos”.
P P	Jovem C (GO)	“Nós temos muitos jovens, muitos vereadores jovens (na faixa de 300) dentro da		“A partir do momento que você começa a se inserir no processo

		comissão do partido também temos bastante jovens.”		político, você entende que estando somente em movimentos, somente em ações em algum momento é necessário você ter uma legenda política”.
	Jovem D (SC)	“Vários jovens estão na executiva do partido e também em cargos importantes da Administração municipal, vários jovens estão em posição de liderança tanto no partido quanto na Administração.”	“Seguimos o regimento na parte de eleição e demais situações que venham a ocorrer para definições do grupo. Fora isso seguimos mais a questão do dia a dia, para definir alguns rumos ou planos que venham a surgir no grupo.”	“O interesse pela política veio desde jovem e por isso pensei em me filiar a algum partido que eu tivesse vez e voz para mostrar minhas ideias e meu modo de pensar e foi assim com o PP que me abriu as portas para conhecer o universo da política”
P S D B	Jovem E (SP)	“Posso te citar vários nomes [de jovens em posição de liderança no partido]”.	“Então, é muito difícil fazer o jovem entender o estatuto porque foi construído, escrito por homens elitizados, políticos há 30 anos”.	“Minha família sempre foi muito ligada ao PSDB [...] O presidente da JPSDB me convidou pra entrar na juventude e ser secretária de educação política e comunicação”.
	Jovem F (SP)	“Na última eleição tivemos uma renovação muito grande na Câmara de Aguaí com a principal chapa do PSDB”.	“O regimento da JPSDB é semelhante ao estatuto do PSDB e ele é bem informal”.	“Se a política conseguiu ajudar meu pai e a minha família de alguma maneira, eu acredito que vou conseguir ajudar outras pessoas. Então, eu quero tentar retribuir minimamente o que a política trouxe para mim”.
	Jovem G (SP)	“Elegemos um bom número de prefeitos jovens em 2020, assim como vereadores”.	“Todo o processo de formação de diretórios, estaduais e municipais de juventude possui o	“O desejo de me tornar mais ativa em relação as mudanças que

			regramento no estatuto interno e as regras são acompanhadas por comissões eleitores e as votações de forma democrática”.	acredito serem necessárias no cenário político nacional”.
M D B	Jovem H (RGS)	“Aqui nós temos no município 3 secretários municipais com idade abaixo de 30 anos, então, pra um município com 9 secretarias, é muita coisa [...] a juventude do MDB abre muitas portas, é uma juventude que acolhe o filiado, dá possibilidades para aquele que realmente quer seguir a carreira política, que tem interesse”.	“Temos o regimento da juventude que nos norteia pra formação de executiva, de diretório, questões como idade, o que vale realmente pra gente é o regimento do próprio partido”.	“Decisão que me levou a me filiar no MDB foi por entender o que a juventude estava fazendo e era a única aqui no município e a galera trabalha com causas sociais”.
	Jovem I (RGS)	“1170 jovens vereadores espalhados pelo Brasil aí e isso é muita coisa, tem partido que não tem essa quantia de vereadores no total”.	“O estatuto é muito parecido com o próprio estatuto do MDB, o que não é bom porque ele é muito formal, ele exige demais: pra formar uma Juventude municipal daqui a pouco é mais fácil criar uma comissão provisória do PSD do que o criar MDB no município, ele é bastante formal. Claro, a gente faz de tudo pra facilitar muita coisa ali”.	“Eu cresci uma família que sempre teve vinculação ao MDB [...] na adolescência comecei a me interessar a participar de grêmio estudantil, de movimentos organizados e naturalmente eu fui me aproximando mais da vida partidária e aí comecei também porque despertou interesse”.
	Jovem J (RGS)	“No geral, se a gente for somar, na Administração [local] tem muita gente jovem participando e atuando”.	“Existe também umas atuações em grupos de jovens prefeitos, gente se aproximou dentro do estado (RGS) também com o intuito de compartilhar	“Me filiei ao partido político MDB por conta de proximidade com algumas pessoas que compartilhavam

			<p>e trocar ideias da gestão pública (isso é não é oficial)". [...] Tudo que é formal tem pouca adesão [...] falando especificamente da juventude, a gente tem que buscar a informalidade".</p>	<p>da mesma visão de política".</p>
P T	Jovem K (GO)	<p>"Tem isso: todo lugar tem 20% de jovens, todo lugar tem um jovem dirigente".</p>	<p>"Nesse momento nós não temos nem estatuto e nem um processo de regimento, é tudo muito deliberado, decidido, arbitrado dentro da política".</p>	<p>"Eu que conheci o PT dentro da universidade fazendo a luta dos estudantes, construindo centro acadêmicos e aí depois do movimento estudantil eu conheci o partido. [...] eu queria mudar a realidade da juventude em Goiás e no Brasil, nada melhor pra isso do que entrar no partido que eu acreditava e sempre acreditei que fosse o único que conseguiria fazer isso. Então foi assim que eu entrei no PT".</p>
	Jovem L (GO)	<p>"Secretário de Juventude que tem problema com o presidente do PT, mas nós temos muitos presidentes jovens do PT na cidade, presidente do diretório".</p>	<p>"O estatuto não é nem usado [...] todos meus os anos de Juventude do PT eu nunca vi ser usado em nenhuma instância municipal, nem em São Paulo [...] onde o bicho pega [...]. Os problemas que a gente tem para resolver são problemas políticos, disputas políticas".</p>	<p>"Meu pai foi um dos fundadores do PT em Luziânia-GO, e eu fui uma criança petista [...] uma vereadora do PT me procurou para pedir apoio para ela pela consideração que meu pai tinha por ela e para que nossa família</p>

				continuasse acompanhando ela”.
	Jovem M (RJ)	<p>“Tem um pacto de transição geracional no qual 20% das vagas são assumidas por militante com menos de 29 anos [...] O que regimenta a Juventude do PT? São as regras aprovadas em cada congresso (sobre como vai funcionar a direção essa coisa toda) e o próprio estatuto do partido que garante a nossa autonomia e diz que a gente tem poder de decisão sobre as nossas questões”.</p>	<p>“Muitas das resoluções que a gente conquista em congresso não são cumpridas depois pela direção executiva, sobretudo quando se trata de questões de financiamento”.</p>	<p>“A gente também compreendeu a necessidade de se organizar no partido político por identidade, por história na própria cidade, junto ao movimento secundarista, os quadros como Rodrigo Neves, que foi prefeito da cidade de Niterói e como presidente da UNE era do PT”.</p>
	Jovem N (GO)	<p>“Tem jovens na executiva? Tem... porque [...] as cotas internas exigem, mas jovens ocupando papel em cargos de destaque como uma presidência de um diretório ou um mandato de vereador, deputado ou de prefeito pelo PT ainda é muito raro”.</p>	<p>“Eu posso estar enganado, mas eu não tenho certeza se existe um estatuto da juventude do PT”.</p>	<p>“Partido político é um dos instrumentos com esse potencial no jogo político, no meio político então por isso que eu senti a necessidade, depois de militar por algum tempo nos movimentos sociais e de adquirir certa idade”.</p>
P C d o B / U J S	Jovem O (GO)	<p>“O PCdoB tem histórico de colocar jovens em posições de se destacar no cenário político”</p>	<p>“Os documentos que regem o partido, os que regem a linha política da UJS, o estatuto pra gente é muito importante, eles que dizem o rumo e qual será o nosso futuro. Se você sai daquilo ali, você vira qualquer outra juventude, aí não faz diferença”.</p>	<p>“Eu sempre tive interesse nas organizações políticas. Desde criança eu tive de convívio com organizações político-partidárias, eleições [...] então esse interesse de querer mudar a vida das pessoas, transformar dentro do que a gente consegue me fez</p>

				querer me envolver também com as organizações”.
	Jovem P (GO)	“Em Goiás, por conta dessa peculiaridade aqui que eu te falei, no comitê estadual só tem 2 jovens, pra um estado inteiro só dois jovens nessa posição na estrutura partidária”.	“Nós da UJS seguimos nosso estatuto à risca, filiamos, fazemos o congresso de dois em dois anos, temos uma estrutura hierarquia, temos presidente [...] o partido também reconhece como legítimo e também cumpre o que está nesse estatuto da UJS, só em Goiás que não”.	“Eu comecei a estudar (estudei várias juventudes) até que cheguei à conclusão de que a UJS era o meu lugar [...] nessa confusão toda eu fui muito bem acompanhada pelo secretário de juventude do PCdoB e eu comecei a estudar sobre esse viés socialista e eu quis me filiar”.

Fonte: elaboração própria.